



Anais da Assembleia

Nº 94

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1976

ANO 41

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 140ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1976 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Luiz Carlos Zuk.

às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (37), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 207/76, veto aposto ao Projeto de Lei 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o Artigo número 25, da Lei número 4766, de 16 de novembro de 1963. Parecer da C.C.J., CONTRÁRIO ao veto, por unanimidade. —

OFÍCIO 102/76

Curitiba, em 24 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício número 38/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 18/76, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo, a revogação do artigo 25, da Lei 4766, de 13 de novembro de 1966.

O dispositivo cuja revogação é pretendida, integra a lei orgânica do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, e preceitua que nenhum beneficiário poderá perceber mais de uma pensão instituída pelo Órgão, ressalvado

apenas o caso de descendentes do casal contribuinte.

O Plano de Lei em exame não pôde merecer acolhimento, em razão da forma ampla e genérica como está lançada a medida pois a pura e simples revogação, sem expressa disposição de obrigatoriedade de contribuições específicas para uma das pensões, poderá trazer sérias implicações de ordem econômica ao Instituto de Previdência do Estado, dando, com isso, características de inconstitucionalidade ao projeto, face ao preceito contido no § 3º, do artigo 77, da Constituição Estadual, segundo o qual “Nenhuma prestação de serviços de assistência ou benefício, compreendidos na previdência social desenvolvida em prol dos servidores do Estado, será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total”.

Esses os motivos que levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo aessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É de se reconhecer aqui desta tribuna, que a atividade legisferante tem se mostrado realmente frustradora. E vários são os aspectos que levam a essa conclusão.

Todavia, dois deles, primacialmente, é que são responsáveis por esta frustração: o primeiro diz respeito à rigidez do texto constitucional que, a partir da Emenda número 1, de 1969, principalmente, esvaziou de tal forma a competência legisferante do Poder Legislativo, que as atribuições nesse sentido são ínfimas. E não permitem mais, ao detentor do mandato popular que consiga, através a forma de projeto de lei, concretizar algumas das aspirações populares que o Poder Executivo nem sempre alberga.

E como se isso não bastasse, ainda o que resta ao Poder Legislativo, não tem merecido de parte do Poder Executivo não só atenção, mas, principalmente, a sanção que possibilite a transformação de um projeto em uma lei.

E disso esta Assembleia Legislativa tem tomado conhecimento em diversas oportunidades.

Se fizéssemos, hoje, um levantamento dos projetos de lei que conseguiram merecer a sanção do Chefe do Poder Executivo, não seria nenhuma surpresa se constatássemos que todos eles dizem respeito, em grande número, senão na maioria, de declaração de utilidade pública de entidades assistenciais, ou de entidades que prestam serviços públicos sem serem de assistência social.

Afora isso, as demais iniciativas propostas nesta Casa e que têm o mais nítido, perfeito, adequado respaldo constitucional, não conseguem sobreviver quando adentram a esfera de competência do Poder Executivo porque, seu Chefe, tem entendido, sistematicamente, que a Assembleia Legislativa não tem legislado convenientemente.

E assim é, porque mais uma vez volto à tribuna para tratar de um projeto de lei que mereceu parecer favorável nas Comissões Técnicas por onde tramitou, como foi aprovado pelo Plenário mas que, no entanto, foi vetado pelo Sr. Governador do Estado, que nas razões do veto, consoante tivemos oportunidade de ver, não consegue, data vênica, justificar sua atitude.

A 25 de março deste ano, trouxe à consideração desta Casa Projeto de lei propondo a revogação do art. 25 da lei 4766, de 16 de novembro de 1973.

A Lei número 4766, no seu artigo 25, preceitua que nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente Lei, salvo os descendentes do casal contribuinte.

Na justificativa que apresentei ao projeto, fiz as seguintes considerações: "A pensão instituída pelo Estado, através do IPE, é de caráter retributivo, isto é, só é devida em razão do pagamento feito pelo contribuinte, e se destina a amparar, no caso do seu falecimento, seus beneficiários legais ou instituídos.

Ora, como ela decorre de contribuição pagas, não é justo limitar-se o pagamento do benefício, tanto mais que a pensão é de valor significativamente baixo, não dando, na maioria dos casos, para o sustento da beneficiária. É justo que uma beneficiária possa perceber pensão instituída por seu marido e mais a instituída por seu filho solteiro sem dependentes diretos.

Com a revogação do dispositivo, estará eliminado o impedimento para que assim se proceda. Daí o plano de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres pares".

Este projeto foi objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou parecer favorável do eminente Deputado Deni Schwartz, nos seguintes termos: "De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, objetiva o presente projeto de Lei revogar o artigo 25 da Lei número 4766, de 16 de novembro de 1963. Estamos de pleno acordo com o alegado na justificativa deste plano de lei e entendemos muito justa e oportuna a medida nele pleiteada.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação".

Posteriormente, tramitou pela Comissão de Finanças, onde também obteve aprovação, mediante parecer favorável do relator da matéria, Deputado Gilberto Carvalho, que afirmou: "No âmbito desta Comissão, à qual comete opinar sobre as implicações financeiras, nada encontramos que possa servir de óbice à tramitação normal deste plano de lei, por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação".

Vindo a Plenário, foi aprovada em 1ª discussão em 24 de maio, em segunda discussão no dia 25 e em 3ª discussão no dia 26 de maio. Teve, portanto, esta Casa, três oportunidades no Plenário, de discutir, primeiro o aspecto constitucional e legal da iniciativa e em segundo lugar, o seu próprio mérito; antes disso também, através das representações nas Comissões técnicas que foram ouvidas, a saber, CCJ e CF, a manifestação sobre o aspecto sobre o qual devem essas duas Comissões examinar o projeto de lei que por elas tramita. Se nas Comissões o parecer foi favorável, tanto numa como na outra, e se em relação à Comissão de Constituição e Justiça se entendeu que o projeto era legal e constitucional, na Comissão de Finanças por seu turno, se entendeu que no aspecto financeiro não havia, em relação ao projeto, nenhum óbice que pudesse acarretar impedimento de sua livre tramitação neste Plenário.

Encaminhado à sanção, o Sr. Governador do Estado entendeu de vetar o projeto alinhavando para isso, a seguinte justificativa: (lê):

"O dispositivo cuja revogação é pretendida, integra a Lei Orgânica do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, IPE, e preceitua que nenhum beneficiário poderá perceber mais de uma pensão instituída pelo órgão, ressalvado apenas o caso de descendentes do casal contribuinte.

O Plano de Lei em exame, não pode merecer acolhimento, em razão da forma ampla e genérica com que está lançada a medida. Pois a pura e simples revogação sem expressa disposição de obrigatoriedade de contribuições específicas para cada uma das funções, poderá trazer sérias implicações de ordem econômica ao Instituto de Previdência do Estado, dando com isto características de inconstitucionalidade ao projeto, face ao preceito contido no parágrafo 3º do Artigo 77 da Constituição Estadual, segundo o qual nenhuma prestação de serviços de assistência ou benefícios compreendidos na Previdência Social desenvolvida em prol aos servidores do Estado, será criada,

majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

Lamentavelmente, o Sr. Governador do Estado labora em flagrante equívoco. E é fácil de verificar a ocorrência deste equívoco.

Diz o Chefe do Poder Executivo Paranaense que o Plano de Lei em exame não pode merecer acolhimento em razão da forma ampla e genérica como está lançada a medida e aqui começa a falhar a fundamentação apresentada pelo Governador. O Plano de Lei não está lançado de forma ampla e genérica. Ao contrário, são bem delimitados os contornos em função dos quais alguém poderá perceber a pensão instituída pelo Instituto de Previdência do Estado. Não é qualquer pessoa.

Em primeiro lugar é necessário que haja uma relação de parentesco. Então por aí já se vê que não é uma forma ampla e genérica porque nem todos são parentes, apenas alguns são parentes. Talvez o Governador não entenda este sentido que está muito bem claro e expresso no Livro dos Direitos Civis do Código Civil.

Em segundo lugar, o fato de alguém ser contribuinte do IPE, não significa que qualquer um em razão da morte do contribuinte pode se apressar e formar fila para pretender receber a pensão. Não havendo relação de parentesco, é preciso e exige a Lei que o contribuinte institua alguém como seu beneficiário. Também aqui a forma não é ampla nem genérica. Deveria neste passo, lembrar-se o Governador de que esta pensão paga pelo Instituto de Previdência do Estado segue-se à semelhança dos pecúlios formados pelas entidades civis das quais ele certamente é o contribuinte.

Razão pela qual, não poderia desconhecer a impossibilidade de uma instituição de benefício desta ordem ser ampla e genérica, ela sempre será, quer nos casos de descendência, quer nos casos de instituição, será circunscrita às pessoas nominadas na respectiva apólice ou na declaração de beneficiência.

Por outro lado, diz o Governador que haveria necessidade do projeto conter uma disposição de obrigatoriedade de contribuições específicas para cada uma das pensões". Aqui, segue o Governador, na sua marcha de equívocos.

É que a pensão do IPE, conforme se salienta na justificativa, que provavelmente não deve ter lido e provavelmente também desconhece, é de caráter retributivo, não é graciosa, não é uma medida de liberalidade do Poder Público, através do seu órgão de previdência. É condição "sine qua non" o pressuposto legal necessário que, para que alguém seja beneficiado com uma pensão do IPE, outrem tenha atuado como contribuinte dessa mesma pensão.

Não há, o pagamento de pensão, sem que haja uma contribuição específica que mais tarde será a fonte de custeio correspondente.

O mesmo exemplo nós temos em relação ao Instituto Nacional de Previdência Social.

E por essa mesma razão é que mais adiante o Chefe do Poder Executivo comete, então, o maior de todos os enganos, o exagerado engano, de que este projeto, por essas duas razões básicas, teria adquirido características de inconstitucionalidade, porque estaria a malferir o preceito contido no § 3º do Art. 77 da Constituição Estadual, segundo o qual nenhuma prestação de serviços de assistência ou benefícios compreendidos na previdência social, desenvolvido em prol dos servidores do Estado, será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.

É de se salientar, inicialmente, que o projeto não tem características de inconstitucionalidade. Ou o projeto é constitucional, porque está adequado ao texto da Carta Magna do Estado, ou é inconstitucional, porque colide violentamente com qualquer dos preceitos contidos na Constituição.

Característica é uma adjetivação própria de outras situações, não de uma norma de direito confrontada com uma norma

de direito confrontada com uma norma de Direito Constitucional.

E o pior é que ele não teve a coragem de afirmar positivamente essa inconstitucionalidade, usou esse adjetivo incabível porque, a rigor, no fundo, não existe esse vício alegado na fundamentação do veto.

É que se esqueceu ele exatamente que a pensão do IPE é de caráter retributivo.

Por essa mesma razão é que o eminente Deputado Deni Schwartz, ao relatar a matéria, apresentou o seguinte: (Lê): "Quanto às razões alegadas pelo Chefe do Poder Executivo, quer nos parecer que as mesmas não justificam satisfatoriamente tal medida, senão vejamos: "alega Sua Excelência através do orifício de comunicação do veto, que o plano de lei não pode merecer acolhimento, em razão da forma genérica como está lançada a medida, pois a pura e simples revogação, sem expressa disposição de obrigatoriedade de contribuições específicas para cada uma das pensões, poderá trazer sérias implicações de ordem econômica ao Instituto de Previdência do Estado.

Ora, as contribuições que são pagas ao Instituto de Previdência, são de caráter retributivo, de maneira que não há que se falar de defasagem econômica para o mesmo. O que acontece é que o contribuinte, muitas vezes, face ao dispositivo legal que se pretende revogar vê cerceado o pagamento de sua contribuição, tendo em vista que para a designação de seu beneficiário, quando não descendente, há a exigência do não recebimento de outra pensão.

Outro ponto a ser considerado, vem a ser de que a pensão paga pelo Instituto, conforme a justificativa que acompanha o Projeto de Lei, muitas vezes tem um valor monetário insignificante, não permitindo sequer, na maioria dos casos, a subsistência da beneficiária. Com a revogação do artigo ora acima citado, haverá a possibilidade de que uma beneficiária que já perceba uma pensão instituída, por exemplo, por seu esposo, possa perceber nova pensão instituída pelo filho solteiro e sem dependentes".

Face a estas ponderações, temos que é das mais justas as pretensões do plano de lei, o que nos faz insurgir-nos contra o veto do Sr. Governador.

Foi por esta razão, principalmente, que a Comissão de Constituição e Justiça acolheu o parecer do eminente Deputado Deni Schwartz e manifestou-se pela rejeição do veto. É que não tem mesmo cabimento a fundamentação trazida pelo Sr. Governador do Estado ao veto que após ao Projeto de Lei número 18/76, que revoga o artigo 25 da Lei número 4746 de 16 de novembro de 1963.

É que a fonte de custeio desta pensão, volto a insistir neste ponto, tem sempre a necessária correspondência. Em outras palavras: "A cada contribuinte do IPE que, por ventura, possa ter descendente ou ascendente como beneficiário ou uma terceira pessoa que venha a instituir, tem sempre uma contribuição mensal compulsória e obrigatória. Razão pela qual, o que ocorre em termos de defasagem econômica, é justamente o inverso do que proclama o Sr. Governador do Estado. A defasagem econômica que está ocorrendo, é em relação ao funcionário e, não, ao Instituto de Previdência do Estado.

Muito simples de verificar: é que numa mesma família, por exemplo, se são vários contribuintes, todavia, nem todos poderão ser, por força da manutenção deste dispositivo, beneficiários das pensões que venham, não a instituir mas, a ter como direito em função das contribuições feitas.

Então, o que ocorre é que sendo o marido contribuinte e a mulher também, os filhos do casal, em face do dispositivo legal, se ocorrer a morte de ambos, ou de um deles, não poderão, jamais, acumular as pensões a que têm direito por força das contribuições feitas pelos pais.

Da mesma forma, em relação a outras situações que possam ser originadas em vista de decisão do próprio contribuinte,

de instituir terceiro, como seu beneficiário; ou, neste exemplo citado, pelo relator da matéria, segundo qual, com a revogação do artigo ora citado, haverá possibilidade de que uma beneficiária que já perceba uma pensão instituída pelo esposo, possa perceber nova pensão instituída pelo filho solteiro, sem dependentes. E, este exemplo, é altamente significativo. A mulher que vem percebendo uma pensão do IPE instituída pelo marido, que, em vida, como funcionário público, teve que, compulsória e obrigatoriamente, proceder a contribuição do IPE, não poderá ocorrendo a morte de um descendente, também funcionário público, contribuinte do IPE, receber a pensão que ele instituíra para ela, sua mãe. Este dispositivo está em inteiro desacordo com as disposições legais que regem a previdência social no âmbito da União.

Com relação ao Instituto Nacional de Previdência Social, o próprio contribuinte, em função de diversas contribuições feitas, ele poderá receber um determinado número de pensões. Não há qualquer vedação, exatamente porque a pensão ou a contribuição do INPS, como a contribuição do IPE, tem um caráter de retribuição. Há o pagamento e em função desse pagamento é necessário que o órgão previdenciário devolva alguma coisa.

Este é o sentido de previdência social, que se tem que admitir como válido e correto. Afora isso, o que se tem é enriquecimento ilícito. O tratamento que o IPE vem dispensando aos seus contribuintes, tenho certeza, comparado inclusive, com as Entidades Cíveis, é absolutamente iníquo, porque retira compulsória e obrigatoriamente a contribuição de todos, mas devolve apenas, em forma de pensão, uma única parcela, não permitindo em face de dispositivo, acumulação de benefício.

Assim, não entendeu, todavia, o Chefe do Poder Executivo. Fundou-se ele, em norma constitucional representada pela regra contida no § 3º, do artigo 57, segundo a qual este projeto estaria estendendo assistência ou benefício compreendido na previdência social do servidor do Estado, sem a correspondente fonte de custeio.

Mas está evidenciado que a fonte de custeio existe. O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que é reservado à sessão extraordinária. E garante a S. Exa. mais 35 minutos para discutir o referido projeto e apreciação do veto, na próxima sessão extraordinária, na próxima terça-feira, que será marcada para depois da sessão ordinária.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço a V. Exa. e na próxima sessão voltarei a esta tribuna, para, novamente debater esta matéria.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO CAMARGO — (Paulo Camargo). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1976.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Trajano Bastos e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso

Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (37), achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido voto de pesar pelo falecimento do ilustre Senhor JOAQUIM FERREIRA, ocorrido hoje na cidade de Campo Largo.

O infausto acontecimento veio enlutar o município vizinho, notadamente o Distrito de Itaqui.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. FERMINO LUIZ, ocorrido hoje na cidade de Santa Inês.

O extinto, que sempre soube manter com altivez e dignidade uma linha política das mais honradas, ocupou com grande dedicação a presidência da Câmara Municipal.

Vereador dos mais atuantes, ocupava atualmente e com grande destaque a liderança da ARENA de Santa Inês.

Requer ainda que da decisão da Casa seja dado conhecimento a Excelentíssima família enlutada, à Câmara Municipal e ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Santa Inês, José Afró Filho.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido nos trabalhos da Ata de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do inesquecível batalhador de Cristo, FREI ELIAS ZULIAN, da Paróquia de São Cristóvão, ocorrido no dia 13 do corrente, em Ponta Grossa.

Outrossim, requer, seja comunicado, se aprovado o presente requerimento, à Comunidade Paroquial de São Cristóvão, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WLADISLAU ZAZADISKE, falecido recen-

temente na cidade de União da Vitória, onde residia.

Outrossim, solicito que seja dado conhecimento da determinação desta Casa de Leis à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO PEREZ CLABONDE, ex-Delegado e fundador da cidade de Apucarana, neste Estado.

Outrossim, requer, se aprovado o presente requerimento, seja enviado ofício à família enlutada, dando-se ciência do mesmo.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento da jovem estudante TELMA KAGUEIMA, filha do Dr. Paulo Kagueima, Presidente da ARENA, no município de Apucarana.

Outrossim, requer, se aprovado o presente requerimento, seja enviado ofício à família enlutada, dando ciência do mesmo.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

(a) REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, após a aprovação do Plenário e,

Considerando que o Mandado de Segurança impetrado pelo município de Maringá contra o ato ofensivo e completamente ilegal do Senhor Victor Hugo M. dos Passos, Superintendente em Maringá da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, cortando o fornecimento de energia elétrica aos próprios do município; SE CONSTITUE EM INÉDITA PEÇA JURÍDICA NESTE ESTADO;

Considerando as circunstâncias especiais que envolvem a matéria, havendo o advogado e professor ALCIDES MUNHOZ NETTO, escalonado de forma clara e perfeita os aspectos políticos, o dos Direitos Líquidos e Certos e a excepcionalidade do DIREITO ADMINISTRATIVO NO SETOR DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS;

Considerando a contribuição inestimável que a matéria oferece à vida municipalista paranaense, atingida por ocorrências idênticas, havendo o Poder Público sido humilhado e abusado em seus Direitos em razão da inexistência de JURISPRUDÊNCIA para tal em nosso Estado e, em razão também da DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS MÉDIOS E PEQUENOS MUNICÍPIOS, IMPOSSIBILITADOS DE SUPORTAR AS CUSTAS JUDICIAIS PARA A MANIFESTAÇÃO SUPREMA E SOBERANA DA JUSTIÇA;

Considerando a necessidade fundamental em se defender, lutar e exigir o fortalecimento do MUNICÍPIO BRASILEIRO, com o permanente respeito o engrandecimento da SOBERANIA das células do complexo NAÇÃO-PÁTRIA que são os municípios — atitude perfeitamente consubstanciada no Instrumento de Lei objeto desta nossa matéria;

Considerando enfim, a reverência que merece a brilhante e sagaz inteligência do advogado e professor ALCIDES MUNHOZ NETTO, incontestável luminar da elite jurídica paranaense;

Requer a inserção nos Anais desta Casa, do referido

mandado em todo o seu texto original, com a devida comunicação ao advogado e professor ALCIDES MUNHOZ NETTO.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja oficiado ao Sr. Sec. de Transportes, Sr. Ozires S. Guimarães, a fim de que o mesmo determine a imediata e necessária reparação no acesso da estrada que demanda a Tibagi, ou seja no entroncamento com a Rodovia do Café, pois aquele local além de não oferecer condição alguma de segurança é ponto de inúmeros e lamentáveis acidentes, pois não existe acostamento, nem canteiros de retorno e as manobras são feitas em cima da pista da rodovia em um perigo a todos que dela se utilizem.

Certo da atenção e o cuidado administrativo dessa Secretaria com o assunto enfocado, solicitamos ainda a brevidade de tempo possível à matéria.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Segurança Pública do Estado, Prefeito Municipal de Curitiba e Presidente do Sindicato dos Motoristas Profissionais, solicitando sejam tomadas providências para coibir abusos na cobrança de tarifas por parte de alguns motoristas de táxi em prejuízo de passageiros que desembarcam na Estação Rodoferroviária desta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Nossa Capital já está ficando com a péssima fama de não proteger os passageiros que desembarcam na Estação Rodoferroviária, não só contra a ação de marginais, mas, agora também, por parte de alguns motoristas de táxi que exploram os usuários, principalmente aqueles mais humildes que chegam do interior, na maior parte das vezes em busca de tratamento de saúde.

Essas ocorrências estão se tornando cada vez mais frequentes e depõem contra a imagem acolhedora que se pretende dar à chamada "cidade sorriso".

É verdade que devem ser poucos os elementos inescrupulosos que usam dessa prática, chegando a cobrar, no mês de julho, a importância de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) e Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), de pessoas menos favorecidas, pelo trajeto da Rodoferroviária à Assembléia Legislativa.

Assim, a repressão a esses abusos poderá ser feita pelo próprio órgão representativo da laboriosa classe dos motoristas profissionais, cuja luta visando expurgar do seu seio esses agentes da exploração da economia popular, que criminosamente atuam contra a ética, respeito aos colegas e até mesmo contra as autoridades.

Por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, entendemos ser seu dever intensificar e melhorar a fiscalização, dando a necessária tranquilidade aos nossos visitantes, a fim de conservar a boa imagem da cidade propaganda em outros centros.

Quanto à Secretaria de Segurança Pública, apontamos esses fatos para que haja maior proteção aos passageiros, pois é crime previsto por nossa legislação penal esse abuso que diariamente vem sendo constatado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, encarecendo providências para a instalação dos serviços de energia elétrica no distrito de BARRA SANTA SALETE e nos patrimônios de BELA VISTA, SANTA MARIANA DO SUL e LINHA MUNHOZ, todos do município de MANOEL RIBAS.

O benefício da energia elétrica é anseio das populações abnegadas daqueles locais, que tanto têm trabalhado para o desenvolvimento do Paraná. E os munícipes de MANOEL RIBAS têm todo o direito de formular esse pedido, pois que já têm dado provas de seu espírito de colaboração com o Poder Público, eis que, recentemente, com seus próprios esforços, construíram as pontes do município danificadas em virtude de intensas chuvas.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 89/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Aos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, o tempo de serviço mínimo exigido para a transferência para a reserva remunerada, na forma da lei, será de vinte e cinco (25) anos e o máximo de permanência na ativa será de trinta e cinco (35) anos de efetivo serviço, contados para todos os efeitos legais.

Art. 2º – O policial-militar compulsoriado por idade, será transferido para a reserva remunerada com, no mínimo, proventos iguais ao valor do soldo que percebia na ativa, além das vantagens legais existentes para a inatividade.

Art. 3º – A cada trezentos e sessenta e cinco (365) dias de serviços prestados de fato, terá o policial-militar direito ao acréscimo de trinta e cinco (35) dias em seu tempo de serviço, para efeito de transferência para a reserva.

§ 1º – Tais acréscimos não são acumuláveis com férias requeridas como tempo de serviço.

§ 2º – Após trinta (30) anos de efetivo serviço, todo o tempo, inclusive o acrescido, será para todos os efeitos legais.

Art. 4º – Os benefícios desta Lei serão concedidos por ato do Comandante Geral da PMPR, mediante requerimento do interessado.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

Os tempos de serviço mínimo de vinte e cinco (25) anos e máximo de trinta e cinco (35), já constam em diplomas legais. Neste apenas reunimos, em uma mesma norma, o mesmo conceito por ser mais prático e coerente.

Quanto ao Art. 2º, é da mais alta justiça que o elemento receba, pelo menos, o que vinha recebendo na ativa, pois a compulsória por idade nunca deve reduzir seus vencimentos. Atualmente o elemento recebe proporcionalmente ao tempo de serviço, o que não é justo e nem moral pois está pagando por ter ficado mais idoso.

A computação de trinta e cinco (35) dias por ano, no tempo de serviço do militar é de alto valor social e de justiça, pois pela própria natureza do ofício, tal classe não pode ter o benefício do tempo integral e na realidade é o único funcionário que realmente não tem hora para o trabalho, pois está constantemente à disposição de situações que não escolhem dia

nem horário, tais como: prontidão, exercícios de guerra, campanha, situações de calamidade pública.

A insalubridade do serviço é comprovada em inúmeros casos; a constante tensão em que vive, além do risco de vida, deve ser compensada com alguma vantagem.

Assim é que propomos o presente Projeto de Lei, que por ter um sentido de alta justiça, por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 90/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Os cursos básicos terão o caráter prioritário nas promoções por merecimento na carreira policial-militar do Estado do Paraná.

Parágrafo único — Consideram-se básicos para os efeitos citados neste artigo, os cursos de:

- a) Formação;
- b) Aperfeiçoamento;
- c) Superior de Polícia.

Art. 2º — Serão considerados suplementares e facultativas, porém estimuladas, as matrículas, visando o aprimoramento na carreira policial-militar, os demais cursos existentes na Corporação, bem como os outros cursos de nível superior que o elemento possuir.

Parágrafo único — Equiparam-se para efeitos e vantagens prescritas em lei, aos das letras A, B e C, do Parágrafo único do Art. 1º, os cursos de nível superior exigidos para o exercício da atividade do posto que ocupa na especialidade, o policial-militar.

Art. 3º — Nas promoções por merecimento, independentemente de qualquer circunstância, terá precedência gradativa, dentro de seu quadro de acesso, o elemento que for portador dos primeiros lugares na classificação dos cursos básicos que possuir, tomando-se por base o curso de maior valor.

Parágrafo único — Havendo mais de um elemento no quadro de acesso em idênticas condições, prevalecerá, para os efeitos desta lei, o elemento que possuir maior número de cursos suplementares.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A promoção por merecimento não deve ser analisada somente sob o critério de obediência, respeito ou outra circunstância exterior, mas levar também em consideração o valor real do elemento demonstrado através de seus conhecimentos.

A promoção por merecimento não pode ser uma promoção por benevolência como vem sendo feita atualmente na Corporação da Polícia Militar do Estado, fruto de uma Lei aprovada sem um critério mais ponderado.

O Art. 40, da Lei número 5924, de 21 de junho de 1969, atribuiu aos Membros da Corporação, o direito de creditar ou debitar o concorrente sob o título de conceito de valores que variam de zero a doze. Tal decisão é irreversível pelo parágrafo único da citada Lei. Conclui-se assim que não há promoções por merecimento de fato e sim por conclusão inapelável da Corporação, não importando as qualidades ou os defeitos do postulante à promoção.

Queremos assim, com o presente plano de lei, defender quem no correr de sua carreira, demonstrou merecer ser promovido.

Outro ponto a ponderar, e que pretendemos com a presente proposição corrigir, vem a ser a de considerar como cursos básicos os cursos que são exigidos aos oficiais especialistas, tais como: os de Médicos, Dentistas e Sacerdotes, e que atualmente

não vem sendo considerados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou na tribuna apenas para formular um requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, solicitando apoio à suinocultura do nosso Estado, e que está vazado nos seguintes termos: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Alysson Paulinelli, M.D., Ministro de Agricultura, solicitando apoio às medidas preconizadas pela Secretaria de Agricultura e Associações de Classes dos Suinocultores paranaenses e já apresentadas àquele órgão federal.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.

JUSTIFICATIVA:

1 — A suinocultura nos últimos anos, vem sofrendo sensíveis prejuízos conforme tem sido amplamente debatido;

2 — É no interior, a responsável pelo maior emprego de mão-de-obra;

3 — Cálculos técnicos concluem que o custo do suíno é de Cr\$ 8,85/kg o que deixa claro os prejuízos do suinocultor que não consegue hoje, no sudoeste por exemplo, preço superior a Cr\$ 6,00/kg para porco tipo carne;

4 — O fracasso da atividade, exercida principalmente nas zonas minifundiárias, está a aumentar o êxodo rural com as conseqüências sociais sobejamente conhecidas”.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Temos em mãos, também, um relatório de diversas associações de classe, que passarei às mãos de Vossa Excelência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, segundo orador inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de louvor e congratulações pela abertura da semana do Exército, ocorrida em data de hoje no Q.G. da 5ª RM/5ª D.E., com marcantes cerimônias.

Da decisão da Casa, requer-se outrossim, se dê ciência ao Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa teve neste último fim de semana, através da vontade de Deus, tirado do seu seio, uma das maiores figuras humanitárias, que contribuiu e que deixou marca na sociedade pontagrossense.

Morreu o Vigário Elias, homem de esporte, ligado ao nosso clube, o Operário — Ferroviário Esporte Clube; homem dedicado à vida sacerdotal; homem ligado à vida filantrópica assistencial de Ponta Grossa, e homem que deixou sem dúvida alguma, uma grande lacuna a ser preenchida não somente no seio religioso de nossa cidade, mas também, no seio humanitário, como um exemplo da nossa comunidade.

Não poderíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, que

convivemos e tivemos a honra de conhecer e pertencer ao seu rol de amizade, deixar de agora, aqui nesta Casa, registrar nos Anais deste Poder, o muito que fez o Frei Elias à sociedade de Ponta Grossa.

Queremos também, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, endereçar a S. Exa. o Secretário de Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, uma solicitação pela qual chamamos a atenção daquela Secretaria, a uma importante e carente obra a ser implantada por aquela Secretaria, com a Rodovia do Café. Todos os Srs. Deputados que se fazem representantes do Norte do Paraná nesta Casa, vêem e vivem, aquilo que nós iremos relatar.

Na estrada que demanda à cidade de Tibagi, não existe acostamento, não existem canteiros, não existe uma sinalização à altura daquele entroncamento rodoviário. Temos a impressão, de que aquela Secretaria, até agora, não teve uma solicitação como que estamos fazendo em nome do povo de Tibagi, de Ponta Grossa e de todas as comunidades que por ali passam.

Gostaríamos que existisse, nessa Secretaria, a mesma boa vontade que encontramos no seu engenheiro residente, Dr. Roberto Valente, que nos afirmou não possuir os recursos financeiros destinados a essa obra.

Então, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos entrando com uma solicitação, a fim de que essa Secretaria dê condições ao 2º Distrito Rodoviário de Ponta Grossa para que se possa sanar esse problema que não é só de Ponta Grossa, mas da Rodovia do Café e de todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, quarto orador inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dias da semana passada, ocupei esta tribuna para defender a honorabilidade do Dr. Alcício Dias dos Reis, acusado que fora de ter a sua atividade política interrompida, por força de tramitar na Comarca de Santo Antônio da Platina, ação penal contra ele, promovida pelo Ministério Público, em vista da não aprovação de contas referentes ao exercício de 1972, quando ocupara a Prefeitura Municipal daquele município.

E na ocasião, me comprometera publicamente, perante os Srs. Deputados, porque afirmara que tais acusações não eram procedentes, de trazer, aqui, documentação comprobatória, através da qual, ficasse, definitivamente encerrada a discussão sobre esse assunto.

E, hoje, estou requerendo a transcrição nos Anais da Casa da referida documentação. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a transcrição nos Anais da Certidão anexa, expedida pela Escrivania do Crime, Juri e Execuções Criminais da Comarca de Santo Antônio da Platina, através da qual fica expressamente comprovada a não tramitação naquele foro, de ação penal contra o cidadão ALÍCIO DIAS DOS REIS, em decorrência de ter o Tribunal de Contas do Estado negado aprovação às suas contas de Prefeito Municipal relativamente ao exercício de 1972, quando exerceu tal cargo.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976.”

“PODER JUDICIÁRIO

HERCULANO ROCHA JÚNIOR

ESCRIVÃO DO CARTÓRIO DO CRIME E
EXECUÇÕES CRIMINAIS DA SEDE DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

C E R T I F I C O, a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Criminal os autos findos de ação penal sob número 23/76, em que é autora — A Justiça Pública e réu — ALÍCIO DIAS DOS REIS, deles autos, à fls. 1146

usque 1150 (SEXTO VOLUME), deles verifiquei constar a sentença do teor seguinte: VISTOS. 1 — ANTECEDENTES. O acusado foi denunciado em 17 de março do corrente ano, por ter, quando no exercício das funções de Prefeito Municipal, no mês de dezembro de 1972, já em final de mandato — ordenado e efetuado, pagamento de despesas sem cobertura orçamentária, no montante de Cr\$ 266.882,22 (duzentos e sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte e dois centavos), constituindo-se tal conduta em emprego irregular de renda pública. Em face desse procedimento, foi dado como incurso no artigo 315 do Código Penal, na modalidade, dar à renda aplicação diversa da estabelecida em lei. Acompanham a peça inicial, os balancetes respectivos, bem como o exame dos mesmos pelo Egrégio Tribunal de Contas, destacando-se o parecer do Auditor Relator (fls. 25), que se manifestou pela não aprovação das contas referentes ao exercício de 1972 da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina. 2 — CRIME DE PREFEITO MUNICIPAL. Os fatos efidentemente narram ilícito penal praticado pelo acusado, quando exercia o cargo de Prefeito Municipal, cuja ação penal só está sendo movida agora, que ele não mais exerce tal função. Aparentemente CRIME DE PREFEITO MUNICIPAL por não estar mais no exercício desse cargo tal acontecimento, DESFIGURA o ilícito para os efeitos do regulado no D.L. 201/67, estando o mesmo sujeito a legislação penal comum. Tal entendimento, vem sendo mantido pelo Egrégio S.T.F., desde que apreciou a Ação Penal (originária) 212, enfatizando por vários pronunciamentos posteriores: “Crime de Prefeito — D.L. 201, de 1967. A jurisprudência do S.T.F., predomina no sentido de que os Prefeitos só podem ser processados nos termos do D.L. 201/67, enquanto estiverem no exercício do cargo. Se deste afastados, o processo poderá ser intentado pelas normas processuais comuns, caso tenham cometido também crimes previstos no C.Pen.: Procedentes do S.T.F., AP.212 Recl 17; RHC 50.154, 50.442, 50.443, 50.473, 50.529”. — (R.T.J. 68/367 — Rel. Min. Aliomar Baleeiro). — “Ação Penal. Não pode ser instaurada com base no D.L. 201/67, contra acusado que tenha deixado de exercer o cargo de Prefeito. Recurso de “habeas corpus” provido, em parte quanto a um dos pacientes, sem prejuízo de nova ação penal, se o fato descrito configurar crime comum”. — (R.T.J. 69/709 — Rel. Min. Luiz Gallotti). — “Prefeito. Desvio de verbas. Processo após término de mandato. Concede-se o “habeas corpus” por ter sido o processo instaurado pelo crime do art. D.L. 201/67, após a exaustão do prazo do exercício do cargo. Precedentes do S.T.F.”. — (R.T.J. 71/16 — Rel. Min. Aliomar Baleeiro). Nesse mesmo sentido já se manifestou nosso colendo tribunal, através de sua primeira câmara criminal, quando adotou integralmente o entendimento do Excelso Pretório, ao julgar o recurso Crime em Sentido Escrito 46/73, de que foi Relator o Juiz Perrotti (Paraná Judiciário 20/245). Vê-se assim, que não obstante ter praticado os fatos no exercício do cargo de Prefeito Municipal, por já tê-lo deixado, só poderia estar incurso no delito descrito pelo órgão do Ministério Público, na peça inicial. 3. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. Tendo praticado os fatos articulados na denúncia em dezembro de 1972, só foi proposta a ação penal em março do corrente ano, pela prática do delito catalogado no artigo 315 do Código Penal, para o qual se prevê pena de reclusão ou multa em abstrato — aplicação alternativa — que varia de um a três meses de um a dez cruzeiros. No entanto, verifica-se desde logo que da época em que os fatos foram praticados até a propositura da ação penal, decorreram mais de TRÊS ANOS, tempo suficiente para se reconhecer em relação a eles a ocorrência da prescrição, que se regula ao crime. No caso em foco, o máximo da pena cominada abstratamente no tipo do artigo 315 do Código Penal, é três meses, máximo que serve de base para o cálculo. Estabelecendo o inciso VI do artigo 109 do Código Penal, que a prescrição em relação aos delitos, para os

quais são previstas penas inferiores a um ano verifica-se em dois anos, conclui-se que o ilícito penal que é atribuído ao acusado há muito prescreveu, acarretando como consequência a extinção de sua punibilidade, de acordo com o artigo 108, inciso IV, primeira figura, do mesmo diploma legal. DO ARQUIVAMENTO. Reconhecida a ocorrência da prescrição, não pode a ação penal prosperar, razão porque deixo de receber, face o que preceitua o artigo 43, inciso II, do Código de Processo Penal, determinando o seu arquivamento. Intime-se. S. Antônio da Platina, 02/04/1976. (as.) WALDOMIRO NAMUR - JUIZ DE DIREITO. Era o que se continha em ditos autos em relação ao que me foi pedido e do qual bem e fielmente, extraí da presente certidão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade e Comarca de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976). Eu, (HERCULANO ROCHA JÚNIOR), Escrivão do Cartório do Crime, Júri e Execuções Criminais, a datilografei, conferi, subscrevi e assino.

O ESCRIVÃO

(as.) HERCULANO ROCHA JÚNIOR

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim: eu conheço seus sofrimentos”.

Estas palavras do Êxodo, ditas por Deus a Moisés, dão bem, nesta hora, a medida dos nossos sentimentos. Diante do sofrimento da nossa gente, humilhada e oprimida, há tantos séculos em nosso País, vemo-nos convocados pela Palavra de Deus a tomar posição. Posição ao lado do povo. Posição juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenham pela sua verdadeira libertação.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Estas afirmações foram extraídas de um documento nominado “Eu ouvi os clamores do meu povo” assinado por Bispos e Superiores Religiosos Maiores do Nordeste brasileiro em 06 de maio de 1973, e representam uma tomada de posição que acreditamos, devesse ser tomada por todos e principalmente pela classe política brasileira.

A hora é de suma importância para os interesses de nossa Pátria e ao homem público brasileiro cabe neste momento o principal papel.

Tão somente levantou-se parcialmente a censura e o País foi novamente, numa repetição enfadonha da História, inundado com revelações que demonstram tristemente não serem apropriados os medicamentos de choque aplicados à guisa de expurgar os que exploram o nosso povo. Somente para citar dois exemplos de período mais recentes: 1954 e 1976.

Ontem os gregórios, hoje a mordomia.

Ontem a gaiola de ouro, hoje os funcionários fantasmas.

Não se negue, no entanto...

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos negar, e ninguém negou, a honorabilidade do Presidente da República de ontem ou de hoje. Temos responsabilidade pelo momento. Não se negue, também, a honorabilidade da maioria dos que, ontem, compunham a então Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e dos que, hoje, compõem o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas.

É a História a se confirmar como mestra da vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conscientes das nossas fragilidades, mas, também preocupados, para não sermos julgados omissos, é que vimos a esta tribuna para fixarmos posição pessoal diante dos fatos recentes.

Ontem, Getúlio Vargas, ao deixar a Presidência e a vida,

denuncia a tentativa de desmoralização do seu Governo, como meio de pressão contra a PETROBRÁS e a nascente ELEKTROBRÁS.

Hoje, quando os contratos de risco parecem não ser do agrado dos poderosos, quando se estatiza a potassa, quando se reivindica a exploração, pelo Estado, do fosfato, e quando mais se discute a estatização e desestatização, novamente a má utilização dos dinheiros públicos que, diga-se de passagem, não é fato episódico, é denunciada. Para bem da verdade, não nos cansamos de louvar aqueles que tiveram a coragem de escrever e de editar as denúncias.

A imprensa, além de servir à Pátria com tais denúncias, demonstra quão necessária é a sua liberdade.

Punam-se os corruptos. Prestigie-se a Justiça. Entretanto, Srs. Deputados, pelos ensinamentos da História ampliem as medidas. Será apenas a corrupção de alguns maus homens públicos a responsável pelo sofrimento, humilhação e opressão a que está sujeito nosso povo conforme testemunho dos religiosos do Nordeste?

Serão apenas estes maus brasileiros os responsáveis pelos atos, pela impotência daqueles que, governantes honestos, não têm tido possibilidades de impedir tais abusos?

Acreditamos que não.

As raízes do mal são mais profundas e dizem de perto das contradições do nosso sistema político e econômico. Tais acontecimentos são efeitos de causas muito mais profundas.

Que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da concentração da renda que alcançou níveis fantásticos?

Aproveito a oportunidade para ler um tópico do livro “Aspectos da Distribuição de Rendas no Brasil de 1970”, de João Carlos Duarte:

“Entre 1960 e 1970, 20 por cento da população brasileira, que constitui a parcela de rendimento mais alto, aumentou sua participação na renda nacional de 54,4 por cento para 64,1 por cento, enquanto 80 por cento restantes tinham sua participação rebaixada de 45,5 por cento para 36,8 por cento. A concentração se revela ainda de modo mais gritante quando se considera que, no mesmo período, 1 por cento da população, constituindo o grupo dos mais ricos, aumentou sua participação na renda nacional de 11,7 por cento para 17,0 por cento, enquanto metade da população brasileira, constituída por pessoas de renda mais baixa, teve sua participação reduzida de 17,6 por cento para 13,7 por cento.

Relativa a posição de inversões, fez com que em 1970, um por cento, apenas um por cento de brasileiros passassem a ganhar mais do que a metade da população brasileira.

Que dizer da empresa Multinacional que na afirmação do próprio Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Prieto, é a responsável por manter no mercado de trabalho os altos padrões dos superfuncionários.

Que dizer das empresas multinacionais que pagam altos vencimentos aos executivos, sonegando imposto de renda, transformando vencimento em mordomia na empresa privada, transformando ganhos dos funcionários em gastos das empresas, com o fito de sonegar o imposto de renda como bem enuncia a revista VISÃO de alguns meses atrás, em artigo que evidenciava como se consegue um executivo neste País.

Que dizer de uma legislação tributária que permite capitalização de incentivos, capitalização de recursos que na verdade não pertencem às empresas e sim aos geradores da renda, a população consumidora e produtora.

Que dizer do milagre brasileiro que na citação dos documentos do Nordeste consta como sendo inclusive através do próprio Governo e de uma legislação que permite a esta concentração de renda. A concentração de renda — e estou a ler este documento —, tende portanto a aumentar mais e mais no seu curso, e no seu curso fortalece a estrutura de classe e de poder que a faz possível. No processo de empobrecimento dos que são

pobres para aumentar a fortuna dos ricos, a concentração da renda é a expressão mais clara da opressão e da injustiça de que é capaz a estrutura da propriedade privada dos meios de produção, em que se fundamenta o atual sistema brasileiro.

O Governo não só tolera como a promove de todos os modos. A alta regressividade da estrutura tributária brasileira constitui exemplo incontestável neste sentido, pois seus três principais impostos contribuem de igual modo para a espiral concentracionista.

O imposto de serviço municipal, de 06 a 10 por cento, foi estabelecido num nível que torna uma refeição num restaurante de luxo, menos tributável que a compra de um quilo de feijão ou de farinha, sobre o qual incide o imposto de circulação de mercadoria, de 17 por cento.

O ICM não reflete apenas a concentração social de renda, tendo grande significado para a sua concentração regional.

Finalmente o imposto de renda, contrariando toda a aparência, incide mais facilmente sobre as pessoas de menor rendimento dentre as tributáveis que são os que percebem salários. Os proprietários sempre encontram margem nos dispositivos legais de estímulo ao reinvestimento e a capitalização das empresas para serem menos tributáveis.

Que dizer da absorção vergonhosa da empresa brasileira incipiente pelas multinacionais, tornando nossos empresários e empregados privilegiados. Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos ficar durante hora a enumerar fatos e dados que têm nos convencido da inviabilidade do nosso sistema econômico.

Desejamos, no entanto, responsáveis que acreditamos ser, independente de corrente político-partidária, solicitar aos nobres pares que através das tribunas desta Casa, discutam o momento brasileiro com insenção necessária.

Sr. Deputados, falamos da Legislação, quem faz a Legislação somos nós, Parlamentares. Falamos nas manifestações do Governo Federal no sentido de estatizar os bens de produção, e vemos uma campanha contra o próprio Governo Federal. E é neste sentido e para marcar uma posição que vim a esta tribuna neste momento de suma importância para a nossa história. Se a história realmente é a mestra da vida, procuremos aprender a sua lição".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, que declina. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Pausa). — Achando-se ausente, passa-se ao horário reservado à Liderança.

A Mesa consulta ao Sr. Líder do MDB se usará da sua prerrogativa? (Assentimento).

Tem a palavra o nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em todas as fases da campanha eleitoral as emoções se exaltam. Talvez tenha sido por isso que os americanos tenham criado um provérbio, que diz que não se deve acreditar em um homem apaixonado, em um homem alcoolizado e em um político em campanha. A assertiva pode ser e é certa para os que não têm comedimento e nem seriedade. Ela é certa, por exemplo, nesta hora, para o Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, Líder da ARENA na Câmara Federal e, portanto, Líder do Governo.

Por quê? Porque o Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva, Líder do Governo e principal porta-voz da ARENA na Câmara Federal, tem se mostrado impertinente, incoerente, imprudente, indecente e maldizente.

Ainda ontem, da tribuna da Câmara Federal, o carcomido político de Barbacena vociferou contra a democracia. Disse ele que o meu Partido, o MDB, é linha auxiliar do Partido Comunista e que do plano arquitetado pelos comunistas para desmoralizar o Governo, fazem parte "não só o MDB, mas

a imprensa, a TV, o rádio, e mesmo o teatro".

Em outras palavras, no seu entendimento, todo o País. Porque agredir tão violentamente, como agrediu o MDB, a imprensa, o rádio, a televisão e o teatro, ao lado dos professores de Educação Moral e Cívica das escolas brasileiras, é agredir a toda a Nação. É agredir ao próprio Governo de que é ele o Líder.

O Sr. José Bonifácio apresentou como razão para as suas diatribes o noticiário sobre os gastos excessivos de Ministros e a vida nababesca dos superfuncionários, objetos de denúncias pela imprensa e de crítica pela Oposição. No seu entendimento faz parte também desse plano, denúncias de corrupção em órgãos da administração federal e de administrações estaduais, como também a inexistência de segurança na aviação comercial brasileira e especulações sobre cassações de mandato.

A resposta enérgica e imediata foi dada, ainda ontem, pelo eminente Deputado Laerte Vieira, Líder da Oposição na Câmara Federal, que citou o seguinte trecho de artigo publicado na edição de terça-feira do jornal "Folha de São Paulo": "É mais fácil Bonifácio ser ativo elemento do PC do que serem verdadeiras suas mirabolantes aventuras com documentos secretos roubados de cofres-fortes e lidos à luz de velas".

Não seria mais honesto, da parte do Líder do Governo, ou reconhecer as denúncias da Imprensa e da Oposição e mostrar interesse em corrigir os erros, ou, então, provar a inveracidade, se não forem verdadeiras? Não, ele preferiu o ataque. O ataque no vazio. O ataque gratuito. Pelas suas palavras, todas essas denúncias, provadas e comprovadas, não passariam de parte de um plano para desmoralizar o Governo.

Faz-nos até lembrar o episódio que aconteceu com Picasso, quando expunha em Paris o seu famoso quadro retratando a destruição da cidade espanhola de Guernica pela aviação de Hitler. Um general nazista, diante do quadro, perguntou-lhe: "O Senhor fez isto?" E ele respondeu: "Não, foram os senhores".

Por isso digo: não se limpa a casa, jogando ciscos embaixo do tapete. Não se limpa casa, forjando acusações gratuitas e levianas contra os vizinhos.

O MDB não aceita esse comportamento, que não dignifica homem nenhum. O MDB não aceita que se vocifere contra a imprensa, contra a televisão e contra o rádio, porque estes cumprem com sua obrigação de noticiar o que acontece e o que existe.

Queremos crer que o Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva não fala em nome da ARENA e nem fala em nome do Governo.

Não se fala em nome da ARENA porque figuras respeitadas da ARENA, como o Senador Teotônio Vilela e o Deputado Faria Lima têm feito pronunciamentos discordantes dessa linha de atuação do Deputado mineiro, que tem se mostrado provocador e fabricante de crises.

Não fala em nome do Governo, porque ainda recentemente o honrado Presidente Ernesto Geisel, falando a Prefeitos mineiros, declarou reconhecer como válida e legítima e digna de respeito uma eventual vitória do MDB nas próximas eleições municipais".

O Sr. Lineu Turra — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, se existe um Dom Quixote Espanhol, por que não deva existir um Dom Quixote Brasileiro?

Realmente, é bem este o retrato daquele que, atualmente o Dom Quixote Brasileiro, pratica as mesmas maquinações, as alucinações, arranja inimigos seus e da Pátria.

Agrede pipas de vinho, comparando-as com cabeças de grandes monstros, desferindo contra eles com as suas espadas, produzindo nestas pipas, fendas, onde jorra o vinho e ele diz que é sangue dos monstros contra os quais ele mantém lutas renhidas.

Luta, também, contra os moinhos de vento.

Esta a figura do Dom Quixote Brasileiro.

Mas, lamentavelmente, existe uma inferioridade nossa, em relação aos dois dom quixotes, porque o Dom Quixote Espanhol trazia algumas dessas escaramuças hilariantes; trazia, no fundo, um conteúdo de ensinamentos filosóficos, científicos, literários; e, este não traz nada; este é um vazio; este não diz nada para o Brasil, apenas para si mesmo.

E, acho que até merece o nosso entendimento.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Lineu Turra, agradeço o aparte de V. Exa. que honra o discurso de qualquer Deputado. Também concordo com V. Exa., não há comparação.

Dom Quixote, um dia considerado por SanThiago Dantas como símbolo da alma ocidental, não pode, evidentemente, ser comparado a esta bizarra figura da política mineira, e agora alçado à condição de Líder Maior do Governo deste País.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, “porque o MDB é um Partido Democrático. É um Partido legalmente constituído. É um Partido com seu programa de ação e com seus estatutos registrados na Justiça Eleitoral.

O MDB luta pela plenitude democrática. E só não quer a plenitude democrática os que querem silenciar e intimidar a oposição, a imprensa, o rádio e a televisão e os intelectuais e os professores.

Registamos aqui o nosso protesto contra as afirmativas senis do Líder da ARENA na Câmara Federal. Fazemo-lo por dever de ofício, porque acreditamos que elas não encontrarão ressonância dentro da ARENA do Paraná. E porque esperamos que, diante de tantas evidências de leviandade, o Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva tenha os seus dias contados no exercício de tão importante cargo, para felicidade geral do País.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). O horário reservado à Liderança da ARENA. Entando ausente o Líder, Ivo Thomazoni, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, Vice-Líder da ARENA.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A Folha de Londrina” acaba de publicar um trabalho verdadeiramente jornalístico, na mais longa série de reportagens editadas nos últimos anos pela imprensa paranaense, quicá do Brasil.

Trata-se da série “Energia: busca novas fontes no caminho da auto-suficiência”, num profundo trabalho de pesquisa, coordenado pelo jornalista Zair Lorival Luiz Schuster, e que foi publicado, desde a edição do dia 27 de julho, até a edição do dia 12 de agosto. Mais do que simples dados, sobre o volume dessas reportagens, é preciso salientar que valeu o esforço do trabalho jornalístico, que não teve a preocupação básica de dar uma ótica crítica ou de louvores a quem quer que seja ou a qualquer fato.

Valeu o esforço pela espontaneidade e pelo oportunismo dos assuntos abordados, não esposando tese alguma a não ser aquela de demonstrar a importância de uma era de austeridade que envolve o mundo atual, ainda mais, em se tratando de problemas que envolvam energia.

Iniciando a série de reportagens, enfocando as origens do petróleo, a “Folha de Londrina” procura dar uma visão desse tema da atualidade. Nas pesquisas, enquetes e reportagens, o trabalho busca informar o que está sendo feito no Brasil para minimizar os efeitos da crise de combustíveis e qual a participação do Paraná nessa luta. Para situar melhor o conteúdo do trabalho, uma sinóptica de tudo o que foi feito informa de maneira mais cristalina a preocupação do jornalista na abordagem do problema da energia.

Ele foi distribuído com estes 15 títulos, a partir do dia

27 de julho:

Petróleo: da Arca de Noé à Indústria Petroquímica; Petróleo no Paraná: a esperança é o litoral; Terminal, Refinaria, Oleodutos: complexo de obras quase concluído; O Desafio do Xisto: um bilhão e 200 milhões de dólares; Ministro Uéki: Petróleo e usina nuclear no Paraná, uma pequena esperança e um caso para exame; Não se espera o fim do petróleo: faz-se pesquisas e experiências; Depois da cana, álcool da mandioca, batata e babaçu; É de Maringá o primeiro projeto de álcool de mandioca aprovado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool; Ônibus elétrico: só falta a resposta da indústria nacional; Gasolina e óleo na engrenagem da fraude; Na pesquisa: enquete o apoio à política de elevação de preços; No Paraná, 30 por cento dos 1500 postos de serviço poderão fechar; Carvão Paranaense: uma grande reserva à espera de pesquisas; Eletricidade: programa para reduzir a dependência de fontes externas; e, finalmente, a décima quinta e última reportagem, no dia 12 de agosto: Urânio no Paraná para a indústria atômica nacional.

Foi um trabalho que dignifica não só a “Folha de Londrina”, ou que valoriza a equipe coordenada pelo jornalista Zair Lorival Schuster, mas sim toda a imprensa paranaense e se poderia avaliar bem mais o trabalho, lendo-o na íntegra, o que levaria horas inteiras. Mas, a verdade é que nele estão contidas informações valiosas para quaisquer fontes de consulta. Até mesmo para o próprio Ministério das Minas e Energia, eis que na enquete-pesquisa, feita também na Assembléia Legislativa, entre os Deputados, o número de entrevistados que opinou favoravelmente à política de elevação de preços, seguida pelo Governo Federal, foi superior àqueles que opinaram pela política de fixação de cotas de consumo, condenada pelo Ministro Shigeaki Uéki, como forma de reduzir o consumo de gasolina no País”.

Dada a importância deste trabalho realizado pela “Folha de Londrina”, apresento, Sr. Presidente, Srs. Deputados um requerimento redigido nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer seja a coletânea de matérias sobre energia no Brasil, publicadas pela “Folha de Londrina”, anexa a este requerimento, devidamente catalogada e arquivada pela Biblioteca desta Casa, por considerar o material em tela da mais profunda importância como fonte de consulta e pesquisa sobre questões de energia, no Brasil e no Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1976”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de ouvir o pronunciamento do eminente Deputado, Líder da Oposição, Osvaldo Macedo, em que tece críticas ao Líder do Governo na Câmara Federal, Deputado José Bonifácio, nós começamos a pensar. Quando se fala em mordomia, José Bonifácio vem à tribuna, para prestar esclarecimentos. Nós, que conhecemos a seriedade, a honradez, deste grande estadista brasileiro, que é o Presidente Geisel, nós, que jamais combatemos a extinção do AI-5, queremos a plenitude democrática em nosso País. Sabendo do trabalho, que vem desenvolvendo em todos os setores e principalmente, de segurança, para colocar o País no verdadeiro caminho, não poderemos nós vir combater a extinção de um Ato que tem servido para punir os responsáveis, quando surgem na administração, falhas e corrupção. Isso já tem servido de exemplo, de homens punidos não só pertencentes à ARENA, como também do MDB. Traz José Bonifácio um pronunciamento feito da tribuna, publicado no “Diário do Paraná” de 11 de agosto, em que ele faz referência a infiltrações de subversivos e das multinacionais.

Não quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alongar-me no assunto, porque sei que lá na Câmara Federal, tão logo foi feito o pronunciamento de José Bonifácio, contestado por alguns, e

voltado a reafirmar José Bonifácio, a sua posição, dada a sua brilhante carreira, nos longos anos que ocupa aquela Casa, representando o grande Estado de Minas Gerais, merece José Bonifácio, o nosso respeito pela sua carreira política em todos esses anos.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, reconheço a posição de V. Exa. falando nesta hora pela Liderança da ARENA nesta Casa. Reconheço, até certo ponto, a obrigação que situa V. Exa. na defesa do Líder do seu Partido na Câmara Federal.

Vejo que V. Exa. faz essa defesa tendo em vista sua carreira política, mas como é um homem inteligente, não defende as posições que ele assumiu, notadamente no dia de ontem, extremamente perigosa e prejudicial à vida deste País.

Mas V. Exa. haverá de me permitir que faça um reparo, ou que registre a posição do MDB diante de uma afirmativa feita por V. Exa. a meu ver contraditória e perigosa. Declarou V. Exa. que jamais combateu o AI-5, mas luta pela plenitude democrática. São posições contraditórias. O AI-5 é negação da democracia, e da plenitude democrática. Não pode pretender plenitude democrática quem pretende a permanência do AI-5.

Também não posso concordar, como o Brasil inteiro não concorda, que seja o AI-5 instrumento eficiente ou necessário para o combate à corrupção. Nós, do MDB, temos combatido a corrupção. Combatemo-la com todas as nossas forças. Além de já ficar evidenciado que o AI-5 não é instrumento próprio para seu combate, também não é instrumento democrático: primeiro, porque quem luta pela democracia, deverá saber que é o Poder Judiciário o órgão competente para apreciar as responsabilidades e punir os responsáveis. Os corruptos existem. Os corruptos permanecem, e crescem, e proliferam, sobretudo com maior prodigalidade onde os governos são fortes e fechados.

Vamos combater a corrupção dentro dos métodos democráticos, que são mais eficientes, são os únicos eficientes e válidos, dando através do Parlamento, da legislação enérgica, meios para combatê-la e permitindo que o Poder Judiciário, com soberania e independência faça aplicação correta e justa dessas mesmas leis, para punir esses corruptos e irresponsáveis.

Eram as observações que queria fazer, porque não poderia ouvir em silêncio o pronunciamento de V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não há contradição de minha parte. O que precisa o País é o apoio de todos nós, tanto de uma bancada como de outra, dando condições para que cheguemos a plenitude democrática. Aqui estamos e se aproxima o dia 15 de novembro. A grande responsabilidade que temos nós, que estamos na vida pública, que estamos participando das convenções, visitando município por município, de escolhermos homens em condições de administrar os municípios, porque são eles que vão contribuir para o desenvolvimento do Estado e do País. Não procuramos escolher homens que vão disputar eleições nos municípios, em condições de ganhar eleição, sem olhar se têm condição de administrar, sem olhar seu passado, se tem uma vida limpa e decente; procuramos, isso sim, homens dignos que dêem tranquilidade e segurança, como este Governo está oferecendo ao nosso País, para não acontecer o que estamos vendo quase que diariamente na tribuna, pronunciamentos de Deputados criticando Prefeitos desonestos. Com esta participação e esse apoio, nós colocaremos nosso País em condições de ter plenitude democrática.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica que está encerrado o tempo destinado para a liderança da ARENA e concede mais 2 minutos para o término de sua oração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assenti-

mento).

Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no exercício da liderança da ARENA, apenas queria, ao participar do pronunciamento de V. Exa., referir que a digressão feita pelo eminente Líder do MDB sobre a personalidade do Deputado Federal José Bonifácio, me faz lembrar, com certo receio quando V. Exa., por seu turno falou em plenitude democrática, na Alemanha Nazista. Lá se utilizava como argumentação, na época, para cerceamento das franquias democráticas, se apregoar que tais ou quais atividades vinham sendo exercidas por agentes do Partido Comunista ou por pessoas a esse órgão vinculadas por admiração.

Culminou isso com o incêndio do Reichstag. E Hitler atribuiu esse incêndio aos comunistas. No entanto, todos sabem que não foram eles, mas membros do Partido Nazista que incendiaram, por encomenda, o prédio do Parlamento Alemão.

Aqui no Brasil, e aí, então, me preocupou a plenitude democrática de V. Exa., nós começamos a nos sentir ameaçados com este tipo de comportamento que, como bem situou o Líder do MDB, não se adequa à pregação cívica que o eminente Presidente Geisel vem fazendo pelo País, como destoa do comportamento que os membros da ARENA nos Estados vêm mantendo em torno de uma abertura para se obter a plenitude democrática, como falou V. Exa.

Portanto, se há que se denotar respeito a tal homem, só o devemos fazer em função de seus cabelos brancos, como um preito de saudade a alguém que não conseguiu ser o que seu ascendente o foi com tanto orgulho na História do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constantes do expediente. — Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 71/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 16/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Corbélia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar José Bonifácio e o Posto de Saúde daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 71/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 27/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Loanda, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Paraná e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 73/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 35/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos

no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Osório, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 74/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 41/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rancho Alegre, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 36/76, de autoria do Deputado Quielso Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora da Guia, com sede no município de Cerro Azul. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 44/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que assegura gratuidade aos Filhos de ex-Combatentes, Civis e Militares, nos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 69/76, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública, a União Beltronense dos Estudantes de 1º e 2º Graus, com sede na cidade de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 70/76, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Estadual de 1º Grau Mathias Jacomel, com sede em Vargem Grande, Distrito de Pinhais no município de Piraquara. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 75/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 55/76, mensagem número 159/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 77/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 114/76, mensagem número 35/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Corbélia, objetivando execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual Amâncio Moro e Grupo Escolar Duque de Caxias da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 78/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 170/76, mensagem número 30/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer

FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 80/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 04/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 81/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, cidade de Capanema. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 174/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo custear 50 por cento do valor das matrículas e anuidades em universidades existentes no Estado, à Funcionários Estaduais conforme especifica, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., CIP. e FAVORÁVEL da CF., por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 174/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a custear cinquenta por cento do valor das matrículas e anuidades a FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS que recebam vencimentos incluindo vantagens etc., e que, cuja soma do recebimento mensal dos proventos não atinjam o teto máximo de Cr\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta cruzeiros), quando os mesmos através de Cursos Vestibulares ingressem em qualquer curso universitário dos existentes no Território do Estado.

Art. 2º — O Poder Executivo, aplicará para o cumprimento do que determina o Art. 1º, as dotações orçamentárias correspondentes a EDUCAÇÃO E CULTURA, sempre na parcela que couber por cada dotação, podendo suplementar as verbas constantes das mesmas, quando se fizer necessárias “ad referendum” Assembléia Legislativa.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não se pode pretender um aprimoramento do Funcionalismo Público de um Estado, senão, dando a esse mesmo Funcionalismo condições de subsistência e acima de tudo o de desenvolvimento cultural; dá-se impressão que não existe no mundo, País onde a cultura seja tão cara, de preços tão exorbitante como é no Brasil: estudar nesta NAÇÃO passou a ser privilégio de ricos, o nível de aprimoramento cultural deixou de ser um meio deveras profissionalizante, para ser privilégio daqueles que não pretendem outra coisa, senão o título; os acontecimentos destes últimos tempos, retrospectiva muito bem a era do coronelismo patenteado, quando as concessões de patentes eram de certa forma distribuídas aos mais favorecidos, em troca dos CONTOS DE RÉIS, Tenentes, Capitães, Majores etc. faziam se primar como Líderes respeitos e respeitados na comunidade em que viviam.

No Brasil, a cada ano que passa aumenta a falta de Médicos, Engenheiros agrônomos e um outros tantos profissionais das mais diversas áreas de atividade; neste País, onde as estatísticas provam sobre todas as formas, que, noventa e cinco por

cento de sua população, são portadores do mínimo recurso para a sua subsistência, caracteriza simplesmente e sem qualquer contestação esse registro, que, o Povo Brasileiro não possui recursos alguns para se desenvolver culturalmente e conseqüentemente impulsionar o desenvolvimento desta NAÇÃO.

O Funcionalismo Público do Estado do Paraná, com exceção a Secretaria de Educação e Cultura, seus Funcionários são representados por uma maioria esmagadora, de pessoas que não vão além do Curso Ginásial; toda essa plêiade de pessoas reconhecem a necessidade de aprimoramento cultural, e isto ficou provado nestes últimos anos, de 1968 para cá, quando o ensino supletivo estabeleceu concessões para provas do Curso médio, sem que o aluno precisasse freqüentar os bancos caros da escola. Houve caso, de Colégio receber até 35.000 matrículas para um só exame de supletivo, como ocorreu no Colégio SÃO BENTO de Araraquara, Estado de São Paulo no ano de 1970. Lá se apresentava uma imensa população do Paraná, entre ela, centenas e centenas de funcionários públicos; alguns, conseguiram a aprovação por terem naturalmente se preparado através de apostilas e outros recursos de aprendizagem e preparo para a prestação daquele exame, se colocando em condições de ingressarem nas Faculdades, e conseqüentemente alcançar o grau universitário; entretanto, para não dizer a totalidade, a maioria esmagadora daqueles que concluíram o curso médio através desses cursos supletivos não tiveram condições de ingressar nas Faculdades, visto a exorbitância de preços de matrículas e de anuidades, e motivado pela constante falta de recursos vivido por esse funcionário público que em termos de vencimentos, recebem verdadeiro SALÁRIO DE FOME.

Nada mais justo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nesta hora, em que, a preocupação do Estado está voltada ao aprimoramento de seus servidores, para que o seu desenvolvimento seja acelerado e a meta objetivada seja alcançada em espaço de tempo mais curto, que se conceda condições a esses servidores, principalmente a aqueles que sentem a necessidade de aprimoramento cultural, o apoio econômico a que propomos através deste projeto de lei, para os que ingressarem em cursos universitários em qualquer Faculdade das existentes no Paraná.

Creio e espero ter, a aprovação unânime desta Assembléia Legislativa, através das duas Bancadas, bem como creio e espero ver, a Sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a este nosso projeto, que transformado em Lei, será o passo alto de incentivo aos FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS desta unidade Federativa para a ingressão nos cursos Universitários.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

(a) LÚCIO MACHADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 174/75

O Projeto de Lei número 174/75, de autoria do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, visa autorizar o Poder Executivo a custear 50 por cento do valor das anuidades em Universidades existentes no Estado, a funcionários públicos estaduais cujos vencimentos, incluindo vantagens não alcance o valor máximo de Cr\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta cruzeiros).

Embora tal projeto tenha um sentido altamente meritório e vise o aprimoramento da classe do funcionalismo público do Estado, constitucionalmente, encontra barreiras para a sua aprovação, visto que na sua execução irá comprometer o orçamento público.

Queremos salientar que tal medida, poderia ser encaminhada como sugestão ao Poder Executivo, o que contaria com o nosso irrestrito apoio.

Nestas condições, face a barreira constitucional, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente
EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 174/75

O Projeto de Lei número 174/75, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a custear parcela do valor das anuidades e matrículas em estabelecimentos estaduais de ensino superior a funcionários públicos estaduais conforme especifica.

Sobre o Projeto, já houve o pronunciamento das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, temos que tal Proposição se reveste de grande conveniência e alto espírito demonstrado pelo legislador em dar melhores condições, para facilitar capacitação em nível superior dos laboriosos integrantes do Serviço Público de nosso Estado.

No entretanto, face a sua impossibilidade constitucional da sua tramitação normal nesta Casa, conforme assentou em parecer a Comissão de Constituição e Justiça, temos que nos manifestar contrariamente à sua aprovação, nos reservando em apoiá-lo como sugestão.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1976.

(aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente
JURANDIR MESSIAS – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 174/75

Adoto por relatório, por brevidade, o da CCJ. Voto, entretanto, pela aprovação do Projeto, visto que, pela doutrina consentânea que as constituições democráticas, o dispositivo que impede tal iniciativa, este sim, é inconstitucional.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
MUGGIATI FILHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 38/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina “Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini”, a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença. Pareceres favoráveis da CCJ., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 38/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica denominado “Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini”, a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença, neste Estado.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Guilherme Zanini, falecido em data de 14 de abril p. passado, exerceu com dignidade, proeficiência e elevado senso do dever o cargo de Prefeito Municipal do Município de Renascença, neste Estado.

Líder nato, político da mais alta expressão e pai de família exemplar, o extinto era pessoa que gozava do carinho e respeito de toda a comunidade Renascentista.

Acredito que o mínimo que se poderá fazer para premiar a memória do ilustre morto, será denominar a Casa Escolar do Distrito de Canelas, de “Prefeito Guilherme Zanini”, esperando que todos os alunos que passarem pelos bancos escolares daquela Instituição de Ensino, tomem como exemplo a vida do homenageado, repleta de atos emanados de seu elevado caráter e

comportamento irrepreensível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 38/76

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o Projeto de Lei número 38/76, tem por finalidade denominar a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença, de "Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini".

Constitucionalmente e juridicamente o Projeto de Lei se encontra em condições de ser aprovado.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, e da justeza na homenagem que se pretende prestar a uma personalidade que muito contribuiu no desenvolvimento da comunidade do município de Renascença.

Nestas condições, o nosso parecer é afavorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 38/76

O presente projeto de lei número 38/76, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, visa denominar "Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini", a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, no município de Renascença.

Sobre a constitucionalidade da proposição, já houve a manifestação favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, temos que, analisando a justificativa que acompanha o Projeto, que o mesmo visa prestar uma homenagem póstuma a ilustre personalidade daquele município, que além de ter exercido com denodo a mais alta função administrativa local, marcou a sua existência com significantes exemplos de espírito público, que mereceram o respeito de toda a sociedade renascentista.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1976.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
NELSON BUFFARA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 53/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo construir um prédio de alvenaria, para sediar um Grupo Escolar, nos bairros residenciais denominados Jardim Itamarati e Jardim Planalto, na sede de Maringá. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., e FAVORÁVEIS da CF e CIP., por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 52/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria, para sediar um grupo escolar, nos bairros residenciais denominados Jardim Itamarati e Jardim Planalto, na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Existem setores da administração pública que estão sempre e cada vez mais a exigir do Poder Executivo do Estado.

O município de Maringá, que no dia de ontem em meio a muito júbilo comemorou seu vigésimo nono aniversário de fun-

dação, vem novamente através do presente projeto, uma vez mais reivindicar à administração pública, a construção de mais um grupo escolar, para atender à crescente fase de crescimento populacional em idade escolar em seu município.

Devemos convir que o crescimento apresentado por Maringá é indiscutível e incontestável, e que tal processo, em contra partida provoca a urgente e ingente necessidade do suprimento das necessidades principais do desenvolvimento.

Acreditamos portanto, que a sensibilidade dos homens públicos do Estado, sempre voltadas ao atendimento das necessidades primordiais de sua gente, atenderá a presente solicitação, por entender que se assim não proceder, estará de certa forma impedindo o crescimento e o desenvolvimento de uma das mais promissoras cidades do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 52/76

De autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o Projeto de Lei número 52/76, visa autorizar o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria para o funcionamento de um Grupo Escolar nos bairros residenciais de Jardim Itamarati e Jardim Planalto, na cidade de Maringá.

O Projeto está devidamente justificado e embora as intenções do seu autor sejam a das mais louváveis, temos que o Projeto, face aos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual encontra barreiras para a sua tramitação normal nesta Casa.

De acordo com os citados artigos constitucionais, Projetos que alterem as despesas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Tal medida caberia na forma de sugestão, com a qual nos solidaríamos e emprestaríamos o nosso integral apoio.

Isto exposto, o nosso parecer é contrário ao projeto de Lei número 52/76, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei nº 52/76

O Projeto de Lei número 52/76, de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa autorizar o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria para um Grupo Escolar na cidade de Maringá.

Sobre a matéria manifestou-se contrariamente, arguindo a sua inconstitucionalidade, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Porém, tendo-se em vista que o plenário desta Casa é a autoridade máxima para julgar o parecer, e que o projeto na sua propositura, tem o caráter meramente autorizatório, e que se acolhido pelo Executivo, o mesmo irá sanar o vício da sua inconstitucionalidade e determinar a sua inclusão no plano de obras do Estado, nos manifestamos, no âmbito desta Comissão de Finanças, favoravelmente ao Projeto de Lei número 52/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 52/76

O presente Projeto de Lei número 52/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa autorizar o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria para um Grupo Escolar na cidade de Maringá.

Embora o parecer da douta Comissão de Constituição e

Justiça seja contrário, alegando a sua inconstitucionalidade temos no âmbito desta Comissão de Instrução Pública, a nos manifestar favoravelmente a sua propositura, tendo em vista o seu caráter meramente autorizatório, podendo caso seja interesse da Administração Estadual, incluí-lo em plano de obras do Estado, que tratem da melhoria e ampliação da rede escolar do interior.

Isto, exposto, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1976.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

EDILSON ALENCAR — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 72/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 72/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Castrense de Curitiba", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra, pelas suas finalidades, dentro das exigências legais estabelecidas pela legislação estadual e pela legislação federal, reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

Os estatutos que anexamos ao presente Projeto de Lei, dizem melhor dos fins a que se propõe o Centro Castrense de Curitiba, o qual já foi reconhecido pelos seus relevantes serviços prestados à Comunidade de Curitiba, quando declarado de utilidade pública em 27 de dezembro de 1972, pela Lei 4472, da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Fundado em 25 de janeiro de 1959, o Centro Castrense de Curitiba vem promovendo a filantropia e assistência social constando de seus estatutos (art. 71) que os membros de sua administração não são remunerados e que em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido reverterá em benefício de associações assistenciais de Castro.

Os seus objetivos sociais caracterizam bem a sua atividade, razão pela qual estamos seguros de que teremos o apoio de nossos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis, para o fim de aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 72/76

I — O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros, objetivando que seja declarado de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede nesta Capital.

II — Examinando a documentação e justificativa que acompanha o plano de lei, pudemos verificar que o mesmo tem perfeitas condições de ser apreciado e aprovado por esta Casa de Leis, senão vejamos:

a) está registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;

b) vem funcionando regularmente há mais de 1 (um) ano;

c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

III — Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao Projeto em estudo e manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Ferreira, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fermino Luiz, ocorrido na cidade de Santa Inês. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Frei Elias Zulian, da Paróquia de São Cristóvão, ocorrido em Ponta Grossa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wladislau Zazadiske. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem estudante Telma Kagueima. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Perez Clabonde, ex-Delegado e fundador da cidade de Apucarana. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura e Associações de Classe dos Sui-nocultores paranaenses e já apresentadas àquele órgão federal. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, lido da tribuna, solicitando voto de louvor e congratulações pela abertura da Semana do Exército, ocorrida em data de hoje. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja a coletânea de matérias sobre energia no Brasil, publicadas pela "Folha de Londrina", anexa a este, devidamente catalogada e arquivada pela Biblioteca desta Casa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Prefeito Municipal de Curitiba e Presidente do Sindicato dos Motoristas Profissionais, encarecendo sejam tomadas providências para coibir abusos na cobrança de tarifas por parte de alguns motoristas de táxi em prejuízo de passageiros que desembarcam na Estação Rodoferroviária desta Capital. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, encarecendo providências para a instalação dos serviços de energia elétrica no distrito de Barra Santa Salete e nos patrimônios de Bela Vista, Santa Mariana do Sul e Linha Munhoz, todos do município de Manoel Ribas. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da certidão expedida pela Escrivania do Crime, Júri e Execuções Criminais da Comarca de Santo Antônio da Platina, através da qual fica expressamente comprovada a não tramitação, naquele foro, de ação penal contra o cidadão Alcício Dias dos Reis. — **APROVADO. (A Certidão acha-se transcrita na Hora do Expediente).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine repa-

ração no acesso da estrada que demanda a Tibagi. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do Mandado de Segurança assinado pelo brilhante Advogado e Professor Alcides Munhoz Netto. — APROVADO. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO, EM SESSÃO DO DIA 19/08/76.

ESCRITÓRIO "MUNHOZ NETTO"

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível de Maringá.

O município de MARINGÁ, pessoa jurídica de Direito Público interno, pelo advogado que adiante assina, com escritório em Curitiba, à Praça Zacarias número 80, conj. 806, onde recebe intimações (doc. 1), com fundamento no art. 153, § 21, da Constituição da República e na forma dos arts. 6º e ss. da Lei 1533, de 31 de dezembro de 1951, vem impetrar MANDADO DE SEGURANÇA contra o ato abusivo e ilegal do Ilmo. Sr. VICTOR HUGO M. DOS PASSOS, Superintendente em Maringá, da Companhia Elétrica do Paraná — COPEL, sociedade estadual de economia mista, com sede em CURITIBA, ato este consistente na suspensão do fornecimento de energia elétrica aos próprios do município e na ameaça de outros cortes, inclusive da própria iluminação pública, tudo pelos motivos de fato e razões jurídicas que passa a expor:

§ 1º — O ATO LESIVO

a) ANTECEDENTES

1.1. Como é público e notório, na qualidade de concessionária da União Federal, em serviços de energia elétrica no Paraná, a COPEL fornece toda a eletricidade ao município de Maringá, consumida pelos poderes públicos e por seus habitantes.

No que concerne à Prefeitura Municipal, esta sempre efetuou, pontualmente, o pagamento das tarifas da energia gasta em suas repartições, estabelecimentos escolares e hospitalares, estádio de esportes e demais serviços por ela mantidos, bem como a dispendida em iluminação pública. Embora as faturas mensais representem somas vultosas (doc. 2), a maior parte dos pagamentos se fez por antecipação, para que o município auferisse de pequenos descontos. Parece, aliás, que não são muitas as administrações municipais que satisfazem regularmente tais débitos, explicando-se, por isso, o expresso reconhecimento manifestado ao Exmo. Sr. Prefeito Sílvio Magalhães Barros, pelo próprio Diretor Presidente da COPEL, Exmo. Sr. ARTURO ANDREOLI, em ofício no qual manifesta o seu reconhecimento pessoal "pelas providências tomadas para o equacionamento do débito existente entre a Companhia de Desenvolvimento de Maringá — CODEMAR e a COPEL". Na mesma correspondência assegura o ilustre Sr. Arturo Andreoli "o permanente propósito da COPEL em continuar colaborando com este município, para seu crescente progresso, em todos os setores, especialmente naqueles em que a energia elétrica possa contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico" (doc. 3).

1.2. Apesar destes protestos de permanente colaboração, a COPEL entretanto, nunca atendeu satisfatoriamente ao município, obrigando-o a reclamações constantes, sobretudo quanto à irregular colocação de postes (docs. 4 a 8), à não ligação de transformadores (doc. 9), e às deficiências na iluminação pública, pela não colocação de braços para aplicar-se-lhes

milhares de lâmpadas de mercúrio e reatores entregues pela Prefeitura à COPEL (doc. 10).

1.3. Não obstante estas e muitas outras falhas da empresa fornecedora de energia elétrica, todas as suas contas foram pagas em dinheiro, até março do corrente ano. As contas dos meses subsequentes deveriam ser objeto de compensação, pois que já no começo do mês de abril a COPEL propôs-se a adquirir do município um imóvel de propriedade deste de valor muito superior às tarifas dos vários meses subsequentes.

Com efeito, no dia 02 de abril de 1976, prossequindo entendimentos anteriores para o remanejamento de áreas adjacentes à Subestação da COPEL e ao futuro Distrito Industrial de Maringá, a empresa, através de ofício daquela data, assinado por seu Diretor, Sr. PÉRICLES MIRÓ TOURINHO, propôs a permuta de um imóvel de sua propriedade, dela (COPEL), por imóvel de igual área do município e mais a compra de uma área complementar de 21.375 m². Segundo a mesma proposta, "as áreas a serem compensadas a esta área complementar seriam definidas com exatidão após a execução de um levantamento topográfico da região" (doc. 11).

Em princípio, a Prefeitura de Maringá concordou com a transação, embora se reservando a dar a palavra final depois de definido o Distrito Industrial, através de empresa especialmente contratada para tanto. Tal deliberação foi comunicada por ofício de 29 de abril ao Diretor Péricles Miró Tourinho. Neste mesmo ofício, tendo em vista que, com a aquisição de uma área complementar a COPEL tornar-se-ia devedora ao município do respectivo preço, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal propôs-se a reter quantia não superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) de débitos atuais e futuros por fornecimento de energia, para ulterior compensação (doc. 12).

A solicitada retenção era inteiramente razoável. O imóvel complementar pretendido pela COPEL situa-se em gleba de maior área, anteriormente desapropriada pelo município. Por tal desapropriação, a Prefeitura assumiu a responsabilidade de pagar Cr\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil cruzeiros), como consta do termo de transação homologado por sentença e das consequentes escrituras de desapropriação amigável (docs. 13 a 22). Do total acima, Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) foram saldados no ato das escrituras. Os restantes Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) tiveram o seu vencimento ajustado para 31 de março de 1976. Ora, precisamente para o pagamento deste saldo, hoje satisfeito em quase sua totalidade, é que a Prefeitura desejava contar com parte da importância que, a COPEL vir-lhe-ia a pagar, como preço de parte do próprio imóvel desapropriado, a cuja aquisição a mesma se propusera (doc. 11).

b) A ABRUPTA SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO E SEUS REAIS MOTIVOS.

1.4. Do andamento da aludida transação imobiliária, entre município de Maringá e a COPEL, deu-se ciência ao Superintendente da última, Sr. Victor Hugo M. dos Passos, através de ofício de 8 de julho, uma vez que este preposto da empresa concessionária ameaçara suspender o fornecimento de energia ao município. (doc. 23).

1.5. A comunicação, contudo, não surtiu qualquer efeito. A esta altura, à vista da proximidade das eleições municipais, certamente, já havia interesses políticos preponderando sobre os projetos administrativos da empresa estatal. Pertencendo o digno Prefeito de Maringá ao partido da oposição, Movimento Democrático Brasileiro — MDB, melhor do que concluir a transação imobiliária, seria deixá-lo mal perante os munícipes, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo corte da energia elétrica, a pretexto de que teria deixado, injustificadamente, de saldar contas de fornecimento junto à COPEL. Afinal, esta empresa tem como acionista majoritário o Estado do Paraná, cujo governo pertence ao partido situacionista e está empenhadíssimo, como reiteradamente vem proclamando, em vitória dos candi-

dados da ARENA.

Certamente, porisso foi que a COPEL, sempre tolerante com os freqüentes e comuns atrasos de pagamento por Prefeituras chefiadas por filiados à Aliança Renovadora Nacional, resolveu desvirtuar a verdade dos fatos, para, numa atitude sem precedentes no Estado, suspender, de maneira abrupta e violenta, o fornecimento de energia elétrica aos próprios da Prefeitura, sem se importar com a conseqüente paralização de essenciais serviços públicos mantidos pela municipalidade.

1.6. Para a consumação dessa arbitrária e inusitada medida, de propósitos nitidamente eleitoreiros, a Superintendência local da COPEL, além de antecipar pela imprensa que teria o "direito" (sic) de cortar o fornecimento de energia elétrica, isto em informação publicada no dia 21 de julho de 1976, fez protocolar, na mesma data, na Prefeitura Municipal de Maringá, novo ofício do diretor, Sr. Péricles Miró Tourinho, no qual afirma que, ante "a evidente desvinculação entre o remanejamento das áreas e o fornecimento de energia elétrica ao Município (sic), expressamos nossa discordância com a retenção de pagamento dos consumos" (doc. número 25).

No mesmo dia 21, em inequívoca demonstração do sentido exclusivamente político de sua atuação, a Superintendência da COPEL suspendeu o fornecimento de energia elétrica a todas as repartições municipais.

Desta forma, o corte foi procedido, quase que simultaneamente com a comunicação de recusa à proposta de retenção, tudo com o inequívoco propósito de não dar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a menor oportunidade de contornar, por outra forma, o problema. O que na verdade importava era a desmoralização de um administrador do MDB, com a esperança de, assim, angariar votos para os candidatos do partido governista, fragorosamente derrotados nas últimas eleições.

1.7. Este escuso e condenável propósito eleitoral transpareceu nitidamente no comunicado oficial que a Superintendência da COPEL publicou no dia imediato, ou seja em 22 de julho de 1976, (doc. número 26). Silenciando completamente sobre os entendimentos em curso, para a permuta de imóveis entre o Município e a COPEL e sobre a pretendida aquisição por esta de uma área complementar pertencente à Prefeitura, o comunicado afirma ser a COPEL legítima proprietária do terreno que pretendia dar em permuta ao Município, procurando, assim, confundir a opinião pública. Em seguida, o comunicado afirma que a COPEL nada deve à Prefeitura Municipal de Maringá, o que também não corresponde à realidade, pois que é devedora do imposto predial e territorial urbano em quase toda a sua totalidade (doc. número 26). Diz ainda o comunicado que a COPEL esgotou todos os recursos para o recebimento das contas em atraso, o que por igual não sucedeu, pois, como já se viu (supra, item 1.6), o corte foi feito de surpresa, sem se dar ao Município a menor oportunidade de contornar a situação criada com a recusa à sua proposta e sem que nunca se tivesse tentado a cobrança-amigável (doc. número 27). Confessa, finalmente, a COPEL, que determinou "OS PRIMEIROS CORTES DE FORNECIMENTO AOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS", afirmação em que está implícita a ameaça de novas suspensões, a atingir outros setores de responsabilidade do Município, inclusive a iluminação das vias públicas (comunicado, item 4).

c) A PARALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS E OS CONSEQÜENTES PREJUÍZOS

1.8. Por haver atingido o Paço Municipal, os escritórios da COHAMAR e da ex-CODEMAR, além da Biblioteca Pública, na suspensão do fornecimento de energia elétrica acarretou a paralização de vários serviços públicos essenciais. Em seguida, impossibilitados de funcionar os computadores, as máquinas de escrever, de calcular, de filmes gráficos e de contabilidade,

cessou a arrecadação de impostos, bem como de contribuições de melhoria e de taxas de água-esgotos, tornando-se, ainda, inviável a confecção tempestiva da proposta orçamentária para o próximo exercício e, até o fornecimento de certidões negativas a particulares para transações imobiliárias (doc. números 27 a 29). Paralizados, também, estão os setores da Secretaria de Obras e Viação, particularmente os de garagem (de atendimento à vasta frota motorizada da Prefeitura — doc. 30 — privada do serviço de abastecimento, borracharia e oficina mecânica), os de carpintaria, os de topografia e os de expedientes (doc. número 31). A elaboração de projetos de obras de interesse público, igualmente, teve que ser suspensa, o que acarretará atraso na conclusão das mesmas (doc. número 32), sendo, ainda, altamente prejudicada a expedição de correspondência e ordens de serviço e ainda a confecção de materiais para o Juízo Eleitoral (docs. números 33 e 34).

Some-se a isso tudo o impedimento ao trabalho de mais de três centenas de servidores, cujas tarefas só poderiam ser executadas com o auxílio de aparelhos elétricos e ter-se-á uma pálida idéia dos prejuízos funcionais e financeiros que o Município está a sofrer desde o dia da suspensão (doc. número 35).

1.9. Estes prejuízos poderão ser agravados, ainda mais, se concretizada a ameaça de cortes em outros próprios do Município, como escolas, hospitais, Estação de Tratamento de Água, estádio esportivo e iluminação pública, tudo em evidente detrimento da população.

1.10. E cresce de tamanho a lesão aos direitos do Município e de seus habitantes, quando se considera que, IN CASU, a COPEL pretende receber quantia QUE NÃO LHE É DEVIDA.

Efetivamente, segundo alardeou a empresa pela imprensa, o débito da Prefeitura seria de Cr\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil cruzeiros) — (docs. números 24 e 36), enquanto pelos créditos empenhados pela Secretaria da Fazenda, a dívida é de apenas Cr\$ 693.714,93 (seiscentos e noventa e três mil, setecentos e catorze cruzeiros e noventa e três centavos) — (docs. números 27 e 37).

Ora, só depois de resolvida, através do Judiciário, esta divergência, é que a concessionária poderia reclamar o pagamento e executar a dívida.

§ 2º — A ILEGALIDADE DO ATO

2.1. Seja qual tenha sido, porém, o motivo pelo qual se orientou o impetrado (interesses estritamente eleitoreiros, no que incorreria em desvio do poder, ou atraso no pagamento das tarifas, a despeito das negociações que vinham sendo mantidas), a realidade é que o ato impugnado, suspendendo EX-ABRUPTO a prestação de um serviço público, consistente no fornecimento de energia elétrica aos próprios da Municipalidade de Maringá é manifestadamente ilegítimo e fere direitos líquido e certo do Município impetrante.

Tão relevante é o conceito de serviço público, que em função dele Leon Duguit elaborou uma noção do próprio Estado, considerando-o não constituir senão um conjunto de serviços públicos, organizados e dirigidos pelos governantes (Traité de Droit Constitutionnel, vol. II, pág. 59). Em outra oportunidade, Duguit sustentou que "a noção de serviço público substitui o conceito de soberania, como fundamento de direito público. Seguramente esta noção não é nova. No mesmo dia em que, sob a ação de causas muito diversas se produziu a distinção entre governantes e governados, a noção de serviço público nasceu no espírito dos homens. Com efeito, a partir deste momento se compreendeu que certas obrigações se impunham aos governantes para com os governados e que a realização destes deveres era, ao mesmo tempo, a conseqüência e a justificativa sua maior firmeza" (Las Transformaciones Generales Del Derecho Publico, pág. 93).

Sem ir tão longe quanto foi Duguit, na sua concepção sobre soberania e Estado, resta a verdade de que a Administração ao executar serviços públicos, não distribui graça ou mercê; desincumbe-se antes, de um dever imposto pela ordem jurídica, a bem do interesse público, cuja satisfação constitui, de resto, a finalidade última do ente estatal.

No regime jurídico-administrativo, exposto por Celso Antonio Bandeira de Mello, impera o princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade pública, que traduz, por decorrência, da indisponibilidade do interesse público, uma situação de dever em que se encontra a Administração — direta ou indireta — em face da Lei:

“O interesse público, fixado por via legislativa, não está à disposição da vontade do administrador, sujeito à vontade deste; pelo contrário, apresenta-se para ele sob a forma de um comando. Porisso mesmo, na pressecução das finalidades assinaladas, longe de ser um “problema pessoal” da administração, impõe-se como obrigação indiscutível.

Como a atividade administrativa é de caráter serviente, coloca-se numa situação coativa: o interesse público, tal como foi fixado, tem que ser prosseguido, uma vez que a lei assim determinou. Daí a obrigação das pessoas administrativas prosseguirem o próprio escape, característica tão calçada pelos autores. . .”

Outrossim, em face do princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade pública, típico do regime administrativo, como vimos vendo, a Administração sujeita-se ao dever de continuidade no desempenho de sua ação. O princípio da continuidade do serviço público é um sub-princípio, ou se se quiser, princípio derivado que decorre da obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa. Esta última, na conformidade do que se vem expondo é, por sua vez, oriunda do princípio fundamental da “indisponibilidade, para a Administração, dos interesses públicos”, noção que bem se aclara ao se ter presente o significado fundamental já exposto, da “relação de Administração”.

Com efeito, uma vez que a Administração é curadora de determinados interesses que a lei define como públicos e considerando que a defesa e prosseguimento deles é, para ela, obrigatório, verdadeiro dever, a continuidade da atividade administrativa é princípio que se impõe e prevalece em quaisquer circunstâncias. É por isso mesmo que Jêze esclarecia que a Administração tem o dever, mesmo no curso de uma concessão do serviço público, de assumir os serviços provisória ou definitivamente, no caso de o concessionário, com culpa ou sem culpa deixar de prosseguir-lo convenientemente.

O interesse público que à Administração incumbe zelar, encontra-se acima de quaisquer outros e, para ela tem o sentido de dever, de obrigação. Também por isso não podem as pessoas administrativas deixar de cumprir o próprio escopo, noção muito encarecida pelos autores. São obrigadas a desenvolver atividade contínua, compelidas a perseguir as suas finalidades públicas” (in Rev. de Direito Público, vol. II, pág. 44).

Aliás, o princípio da continuidade sempre foi arrelado pelos administrativistas dentre os caracteres dos serviços públicos, como refere Mário Masagão:

“Apontam os autores de caracteres gerais do serviço público administrativo, a saber: a) generalidade; b) uniformidade; c) continuidade; d) regularidade.

A “generalidade” significa que todos os administrados em igual situação têm o direito de exigir a prestação do serviço.

A “uniformidade” determina preço igual para todos, em cada categoria de serviço remunerado.

“A regularidade” importa em prestação de serviço da mesma qualidade, sem alterações prejudiciais, através do tempo.

Finalmente, a “continuidade” significa que as necessidades públicas, a cuja satisfação se destina o serviço, não devem ser atendidas esporadicamente, mas de forma ininterrupta e constante” (in Curso de Direito Administrativo, pág. 28).

Daí porque Hely Lopes Meirelles observa com propriedade que:

“O estado deve ter sempre em vista que o serviço público ou o serviço de utilidade pública são serviços para o público, e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços são, na feliz expressão de Brandeis, “public servants”, isto é, criados, servidores do público.

O fim precípua dos serviços públicos, como o próprio nome está a indicar, é servir ao público, e secundariamente, produzir renda a quem os explora”. (in Direito Administrativo Brasileiro, pág. 270).

Ao dever, para a Administração, de prestar o serviço público, com as características de generalidade, uniformidade, regularidade e continuidade, mediante execução direta ou através de concessionária, há de corresponder um direito para o usuário, de exigir a prestação, de conformidade com o que anota o citado H. Lopes Meirelles:

“Os direitos do usuário são hoje reconhecidos em qualquer serviço público ou de utilidade pública, como fundamento para a exigibilidade de sua prestação em condições idênticas às dos demais utentes.

São direitos cívicos, de conteúdo positivo, consistentes no poder de exigir da Administração ou de seu delegado o serviço a que um ou outro se obrigou a prestar individualmente aos usuários. São direitos públicos subjetivos e exercício pessoal (UTI SINGULI), embora incidam sobre obrigação de caráter geral (UTI UNIVERSI), como a de prestar serviços a toda uma coletividade. São direitos individuais e subjetivos — repetimos — que rendem ensejo às ações correspondentes, inclusive mandado de segurança, conforme seja a prestação a exigir ou a lesão a reparar judicialmente” (ob. cit., pág. 272).

Assim, à vista dos princípios que informam a prestação de serviços públicos, notadamente o da continuidade, e considerando que a receita por eles produzida é secundária ante à preponderância do interesse público verifica-se que a interrupção, pela COPEL, concessionária de serviço público, do fornecimento de energia elétrica ao Município de Maringá, a pretexto de atraso no pagamento das tarifas, traduz flagrante coação, que fere direito líquido e certo reparável pelo mandato de segurança.

2.2. A esta evidência já se inclinaram os doutrinadores, no que diz respeito, especificamente, no serviço público de energia elétrica. Durante o XII Curso de Direito e Administração Municipal realizado sob o XVI Congresso Estadual dos Municípios, no Estado de São Paulo, em 1972, o Prof. Adilson Dallari lecionou:

“Vamos voltar ao problema do fornecimento de energia elétrica. Fomos informados que, efetivamente, alguns municípios têm recebido carta do Ministério de Minas e Energia, não do próprio Ministro, falando sobre corte do fornecimento de energia, isto é, o Ministério autorizaria a concessionária a fazer cessar o fornecimento e eu quero dizer que nem o Ministro, nem o Presidente da República têm competência para dar esta autorização.

Este contrato é um contrato de direito público e devem ser respeitadas as suas cláusulas. Não é possível uma das partes decidir que vai cessar o fornecimento por falta de pagamento. Há um motivo, além desta ser a solução: — não se pode colocar acima de um interesse, do bem estar, da saúde, da segurança da população, o interesse meramente econômico, embora não desprezível, de uma empresa. Claro que o interesse público está acima do interesse econômico de qualquer empresa.

A única possibilidade de haver rescisão deste contrato e, portanto, cessação deste fornecimento, SERÁ APÓS A EMPRESA RECORRER AO JUDICIÁRIO, demonstrar que houve

falta de pagamento é ruíno para empresa. Somente o Poder Judiciário pode declarar a rescisão do contrato. O Ministro não pode, o Presidente da República não pode. Quem sofrer esta ameaça, esta violência, estará sendo vítima de uma arbitrariedade, de uma tremenda lesão de direito, que dá total possibilidade de ingresso em Juízo com mandado de segurança" (in *Questões de Direito e Administração Municipal*, pág. 109, ou *Revista de Direito Público*, vol. 19, pág. 289).

Na mesma ocasião, o Prof. Celso Antonio Bandeira de Mello se fez ouvir:

"Realmente, a audácia, o atrevimento de certas entidades, até mesmo públicas, com relação aos municípios, causa verdadeira revolta e estupefação. Seria objeto de gargalhada, se não fosse triste. É o Tribunal de Contas da União, é o Tribunal de Contas do Estado, é todo o mundo, a perturbar a vida do Município, mas agora chegamos ao disparate supremo — uma companhia fornecedora de energia elétrica ter a pretensão absurda de interromper um serviço, quando o que ela pode fazer é recorrer à via judiciária.

Existe, no Direito Administrativo, um princípio que é fundamental, básico, princípio que tem mais de 80 anos e já foi tratado pelas grandes autoridades francesas, italianas, espanholas e do mundo inteiro. É o princípio da continuidade do serviço público. Quando o poder público não cumpre uma obrigação que tenha, com relação a terceiros, mas se trate de serviço público prestado à comunidade, graças ao princípio da continuidade do serviço público, não pode, em hipótese alguma, este serviço ser interrompido. Eu vou mais longe, dando um exemplo: — admitamos que uma Prefeitura dê concessão a alguém de um serviço a ser executado, mas a Prefeitura não cumpre sua parte, deixe de atendê-lo. O que ocorreria, se fossem dois particulares? Se uma das partes não cumpre a sua obrigação, a outra teria o direito de não cumprir a sua. Isto se chama em linguagem técnica, de Direito, *EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS* — exceção por não cumprimento do contrato. Então, se uma das partes não cumpre, a outra cessa de cumprir.

No Direito Administrativo, até mesmo no caso de uma concessão dada pela Prefeitura, o concessionário não pode, caso ela não cumpra para com ele os seus deveres, o concessionário não pode invocar a "*EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS*". Não pode paralisar a sua prestação, nem mesmo que a parte da Prefeitura não seja cumprida, que a Prefeitura não pague a ele as importâncias devidas. Por que? Em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos.

Como admitir que possa uma empresa fornecedora de energia elétrica, cortar a iluminação, pelo fato de haver um débito municipal? Seria um verdadeiro absurdo.

As vias adequadas para esta empresa seriam as judiciais. Cobrar pelo Judiciário. Nunca, cortar, que teria cometido infração gravíssima, teria cometido uma violência enorme aos direitos dos usuários, ao direito da municipalidade. Creio que deve ter sido dada esta resposta ontem. Em absoluto. Não pode cessar o fornecimento de iluminação pública" (in *ob. loc. cit.* pág. 122, ou *Revista de Direito Público*, vol. 20, pág. 296).

2.3. Não tem sido outro o entendimento da jurisprudência:

"Energia elétrica — Falta de pagamento — Corte — Inadmissibilidade.

Sem embargo de ocorrer mora no pagamento pelo fornecimento de energia elétrica, esse não poderá ser suspenso, quando tiver por finalidade o atendimento da coletividade, ainda mesmo que exista cláusula contratual permissiva de tal medida" (TJMG, ac. unân. da Segunda Câmara, de 04 de abril de 1972 — rel. Dvs. Jacomino Inacarato. In *ADGOAS, HOL. de JURISPRUDÊNCIA* 1972, número 14. 487).

Ainda recentemente, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, julgando casos idênticos, à unanimidade, confirmou sentença de primeiro grau concessiva de segurança ao Município de

Laguna, contra administrador das Centrais Elétricas de Santa Catarina — CELESC, cujos fundamentos jurídicos são irresponsáveis. Em segunda instância, digno de nota, foi o pronunciamento da Procuradoria Geral da Justiça. Por brevidade, o ora impetrante reporta-se a aquelas peças, rogando sejam consideradas partes integrantes desta inicial, (docs. 39 a 40). Também significativos são os pronunciamentos de vários administrativistas constantes das cópias anexas (docs. 41 e ss.).

2.4. Tendo à sua disposição os meios jurídicos que o direito positivo lhe oferece para haver coativamente os créditos decorrentes das tarifas, à COPEL, por seu proposto, não é dado suspender prestação do serviço público de que é concessionária. Com efeito, o Código de Processo Civil, obediente à Constituição, garante aos credores da Fazenda Pública instrumento eficiente para a cobrança de seus haveres, requisitando o Poder Judiciário o pagamento, na ordem da apresentação e à conta de crédito orçamentário, especial e obrigatoriamente aberto para tal fim (art. 730), sob pena de sequestro (art. 731).

2.5. Mais se acentua a ilegitimidade do ato impugnado quando se considera que, além da suspensão em si do fornecimento de um serviço público, dele também decorreu a paralização de atividades essenciais à própria sobrevivência do Município de Maringá, atingindo, portanto, não apenas a pessoa política nele encarnada, mas toda a coletividade composta pelos administrados da Prefeitura Municipal.

Cessando o fornecimento da energia elétrica aos próprios do Município, diversos serviços públicos municipais vêm sofrendo solução de continuidade, o mesmo acontecendo com o exercício de inúmeras atribuições da Prefeitura, como por exemplo, a arrecadação dos tributos de sua competência.

O corte de energia, hoje vital ao desenvolvimento normal da vida administrativa, afigura-se pois, como verdadeira sentença de morte ao Município de Maringá, impossibilitando-o de arrecadar as suas receitas, imprescindíveis à sua manutenção, e de desempenhar as atribuições de que está incumbido, resultando ferida, assim, a autonomia que a Constituição Federal assegura solenemente aos Municípios, só excepcionada nas hipóteses em que o texto Constitucional admite a intervenção, menos grave, aliás, que a situação atual, porquanto preserva a continuidade dos serviços públicos municipais.

Inconcebível, pois, que sociedade de economia mista estadual, vá além do que o Estado poderia ir, sufocando sem razão jurídica o Município, com prejuízos inomináveis à Administração Municipal e ao bem estar dos munícipes, aos quais, da mesma forma, assiste direito subjetivo à continuidade dos serviços públicos municipais.

2.6. Nem se suponha que a Portaria número 378, de 26 de março de 1975, do Ministério de Minas e Energia, permita a suspensão ora impugnada. É que o corte de fornecimento ali regulado, obviamente, só se relaciona aos consumidores particulares, hipótese em que nenhuma perturbação sofre os serviços públicos. Quanto às pessoas jurídicas de direito público interno, incumbidas da prestação de serviços essenciais à coletividade, a Portaria não autoriza idêntica providência. E nem poderia fazê-lo, porque isto, sobre constituir inominável absurdo, importaria na própria revogação de Lei de Segurança Nacional, que considera crime, punível com reclusão de oito a vinte anos, e impedir ou dificultar solucionamento de serviços públicos essenciais (art. 29 da Lei 898, de 29 de setembro de 1969). Ora, é elementar que portarias não revogam leis e nem podem autorizar a prática de crimes por quem quer que seja.

§ 3º — A LEGITIMIDADE PASSIVA DO IMPETRADO

3.1. Como proposto de sociedade de economia mista, nem porisso o impetrado se furta à legitimidade para o MANDAMUS, legitimidade esta passiva. É que, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei número 1.533, consideram-se autoridades, para efeito de controle jurisdicional, pela via do mandado de

segurança, os administradores ou representantes de pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do Poder Público, no que entender com estas funções.

3.2 Com efeito, legitimado passivamente para o mandado de segurança é a autoridade que executou o ato lesivo e que tem condições para repará-lo, em obediência à determinação judicial tal como ocorre com os superintendentes regionais da COPEL. O impetrado, observa Hely Lopes Meirelles, "é a autoridade coatora e não a pessoa jurídica ou órgão a quem o agente público representa"; "ato de autoridade é toda a manifestação do Poder Público ou de seus delegados, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Para fins de mandado de segurança, consideram-se atos de autoridades não só os emanados de agentes públicos, como também, os praticados por administradores ou representantes de autarquias e de entidades paraestatais, e ainda os de pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas, como são os concessionários e permissionários de serviços de utilidade pública"; "a impetração deverá ser sempre dirigida contra o agente que tenha poderes e meios para praticar o ato ordenado pelo Judiciário" (in ob. e loc. cit., págs. 523, 516 e 525).

§ 4º - OS PEDIDOS

4.1 Em vista do exposto, e invocando os suprimentos do insigne julgador, é fora de dúvida que se reúnem, na espécie, os pressupostos para a concessão do mandado de segurança: o ato da Superintendência Regional da COPEL é, manifestamente, abusivo e ilegal; viola o direito líquido e certo do Município impetrante à continuidade do fornecimento de energia, do qual não pode ser arbitrariamente privado e ameaça de lesão a outros serviços públicos municipais, ante a expectativa de cortes de energia dos demais próprios municipais e da iluminação pública.

4.2 Por isso, com base no art. 7º da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951:

a) requer o impetrante se digne conceder-lhe a liminar, suspendendo o ato que cortou o fornecimento de energia aos próprios do Município já atingidos e determinando à autoridade coatora que se abstenha de novas interrupções no fornecimento de energia elétrica do município e à iluminação pública.

A providência cautelar, além de inteiramente cabível, é imperativa ante a relevância dos fundamentos invocados e sobretudo porque, à sua falta, a Municipalidade sofrerá danos de impossível reparação, frustrando-se, em consequência, a eficácia da segurança se acaso deferida, a final. É claro que a concessão da liminar não implica em pré-julgamento da causa, dada a sua revogabilidade (cfr. Castro Nunes, Do Mandado de Segurança, número 166, pág. 348). Trata-se apenas de providência cautelar irreparavelmente comprometido no decorrer do procedimento;

b) requer ainda, se digne V. Exa. ordenar a notificação do coator, Sr. Victor Hugo M. dos Passos, Superintendente da COPEL em MARINGÁ, para que, no prazo de cinco dias, preste as informações que achar necessárias;

c) requer, finalmente, após a audiência do órgão do Ministério Público, seja o pedido julgado procedente, para os fins

especificados no item A, condenada a requerida nas custas e honorários da sucumbência, transmitindo-se o inteiro teor da sentença à autoridade coatora.

4.3 Para os efeitos fiscais, dá-se à causa o valor de Cr\$. . . 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Nestes Termos,

pede deferimento.

De Curitiba,

Para Maringá, em 28 de julho de 1976.

(a) Prof. ALCIDES MUNHOZ NETTO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 545/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6346, de 14 de junho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUBYS DE SOUZA, matrícula número 569, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 546/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4116, de 17 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ OSWALDO DE ALMEIRA GARCIA REDONDO, matrícula número 265, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 17 de janeiro de 1973 a 17 de julho de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário